

História do Brasil 1

Brasil Colônia

Pré-Vestibular
Teoria e Exercícios Propostos

Índice.história do Brasil 1



Capítulo 01. Portugal e Sua Expansão

1. A Formação de Portugal	7
1.1 . A Guerra de Reconquista	8
1.2. A Dinastia de Borgonha	9
1.3. A Crise do Século XIV	10
1.4. A Revolução de Avis	11
2. A Expansão Marítimo-Comercial Portuguesa	12
2.1. O Pioneirismo Português	12
2.2. O Périplo Africano	14
2.3. Conflito Luso-Espanhol	15
2.4. A Chegada ao Brasil	15
3. O Período Pré-Colonial	16
3.1. Expedições	16
3.2. O Pau-Brasil	17

Capítulo 02. A Colonização Portuguesa

1. Capitanias Hereditárias	18
1.1. Carta de Doação	18
1.2. Carta Foral	18
2. O Governo Geral	19
2.1. Tomé de Sousa (1549–1553)	19
2.2. Duarte da Costa (1553–1558)	19
2.3. Mem de Sá (1558–1572)	19
3. As Câmaras Municipais	20
4. A Economia Açucareira	21
4.1. O Engenho: A Unidade de Produção	22
4.2. A Sociedade Açucareira	22

Capítulo 03. A Expansão Territorial

1. O Domínio Espanhol	24
2. Os Holandeses no Nordeste	
2.1. Primeira Invasão: Bahia (1624)	25
2.2. Segunda Invasão: Pernambuco (1630-1654)	26
2.3. A Insurreição Pernambucana	26
3. As Bandeiras	28
3.1. Fases	28
4. A Pecuária	31
5. As Drogas do Sertão e as Entradas	32
5.1. Defesa do território	32
5.2. Exploração econômica da Amazônia/ as drogas do sertão	33
5.3. Aproveitamento econômico do Prata	33

Índice.história do Brasil 1

6. A Mineração	34
6.1. A Organização da Produção Mineira	34
6.2. A Regulamentação da Economia Mineira	35
6.3. O Tratado de Methuen	37
6.4. As Conseqüências da Mineração	37
7. Aspectos Culturais da Colônia	38

Capítulo 04. A Crise do Sistema Colonial

1. Revoltas Nativistas	42
1.1. A Revolta dos Irmãos Beckman: Maranhão – (1684)	42
1.2. A Guerra dos Emboabas: Minas Gerais – (1708)	42
1.3. A Guerra dos Mascates: Pernambuco – (1710)	43
1.4. A Revolta de Vila Rica: Minas Gerais – (1720)	44
2. O Período Pombalino	44
3. As Revoltas Coloniais	47
3.1. A Conjuração Mineira (1789)	47
3.3. Conjuração Baiana (1798)	48

Capítulo 05. O Processo de Independência

1. A Vinda da Família Real	50
2. Governo Joanino	51
2.1. A Abertura dos Portos: Fim do Pacto Colonial	51
2.2. A Liberdade Industrial	51
2.3. Os Tratados de 1810	51
2.4. A Administração de D. João	52
2.5. A Elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal	52
2.6. A Política Externa de D. João	52
2.7. A Revolução Liberal do Porto: (1820)	53
3. O Caminho da Independência	54
4. A Regência de D. Pedro	54
4.1. O “Dia do Fico”	55
4.2. D. Pedro: “Defensor Perpétuo do Brasil”	55
4.3. A Assembléia Constituinte	56
5. Independência ou Morte	56

Exercícios Propostos	65
-----------------------------------	-----------



Capítulo 01. Portugal e Sua Expansão

1. A Formação de Portugal

A formação de Portugal deu-se no contexto da crise feudal iniciada no século XI, quando a economia de subsistência passou a não atender ao aumento populacional, ao mesmo tempo em que as terras – divididas em feudos pertencentes à nobreza ou à Igreja – não atendiam mais aos costumes feudo-vassálicos em razão de sua escassez. Esses fatores geraram uma tremenda instabilidade na Europa, com servos sendo expulsos das terras, e nobres não conseguindo ser enfeudados. Cresce, então, uma imensa massa de marginais ao sistema, a qual passa a roubar, pilhar, saquear ou seqüestrar para pedir resgate. A Europa assiste a uma grande instabilidade não só econômica, mas também social e política.



Durante grande parte da Idade Média, a Igreja controlou a cultura e o pensamento dos europeus.

Nos conventos, os monges copistas copiavam as obras da Antigüidade Clássica, preservando, assim a tradição greco-latina. Entretanto, essas obras eram guardadas a sete chaves a fim de que o pensamento humanista da Antigüidade não se chocasse com o teocentrismo defendido pela Igreja. Na gravura, vemos freis beneditinos dando um desses livros, copiados por eles, a um abade, seu superior. (Missal romano do séc. XI, Abbaye de Cova dei Tirreni, Nápoles).



A simplicidade e o trabalho contrastam com a exuberância e o poder. Em primeiro plano, os servos trabalham no manso senhorial para pagar a corvéia; em segundo plano, o imponente castelo do senhor feudal, demonstrando quem tinha, realmente, o poder na Europa medieval. (Musée Condé – Chantilly).

A Igreja, legitimadora ideológica do sistema feudal, como também possuidora de terras, busca uma solução para a crise. Depois de várias tentativas, como a promoção de torneios para ocupar e distrair a nobreza, após a formação da cavalaria, e também a proibição de lutas ou guerras durante as colheitas, o papa Urbano II decide organizar as Cruzadas – movimentos armados pelos europeus cristãos contra os muçulmanos a fim de recuperar a cidade de Jerusalém, onde está o Santo Sepulcro.

As cruzadas não se dirigiram somente para o Oriente e norte da África, mas também para a Península Ibérica a fim de expulsar os muçulmanos que a ocupavam desde o século VIII. Os movimentos cruzadistas em direção à Península Ibérica ficaram conhecidos como Reconquista.

1.1. A Guerra de Reconquista

A Península Ibérica foi ocupada na mais remota antigüidade, talvez no terceiro milênio a.C., por celtas e iberos. Posteriormente, a região foi povoada também pelos fenícios que lá estabeleceram colônias que funcionavam como entrepostos comerciais daqueles que eram os grandes mercadores da antigüidade oriental. Por volta do século III a.C., a Península caiu sob o domínio do poderoso Império Romano, assim permanecendo até o século V da nossa era, quando os visigodos, um dos povos chamados bárbaros, que golpearam o então decadente Império Romano, ocuparam a região. Em 711, os árabes-muçulmanos, então envolvidos num gigantesco movimento de expansão territorial, invadiram a Península Ibérica, onde permaneceram até o século XV (1492).

As primeiras reações contra os árabes aconteceram de forma desorganizada e esporádica entre os séculos VIII e X. Somente a partir do século XI, a Guerra de Reconquista tomou corpo. Nesse momento, já estavam constituídos os chamados reinos cristãos de Leão, Aragão, Navarra e Castela (a população ibérica havia sido convertida ao cristianismo pelos romanos no período do baixo império).



Afonso I, rei de Aragão, um dos primeiros heróis nas Guerras de Reconquista, combatendo os muçulmanos de 1072 a 1134, que dominavam a Península Ibérica. (Academia de Ciências, Lisboa)

Movidos pelo “espírito cruzadista” e pelo desejo de conquistar terras, muitos nobres partiam de vários pontos do continente europeu para lutar contra aquele que era então considerado o maior inimigo da cristandade. Esse foi o caso de um nobre francês chamado Henrique de Borgonha que se deslocou para o Reino de Leão e, tendo colaborado na luta, recebeu do soberano Afonso VI terras ao sul do rio Minho, o Condado Portucalense, e a filha do rei, Dona Teresa, em casamento, como era costume na época.

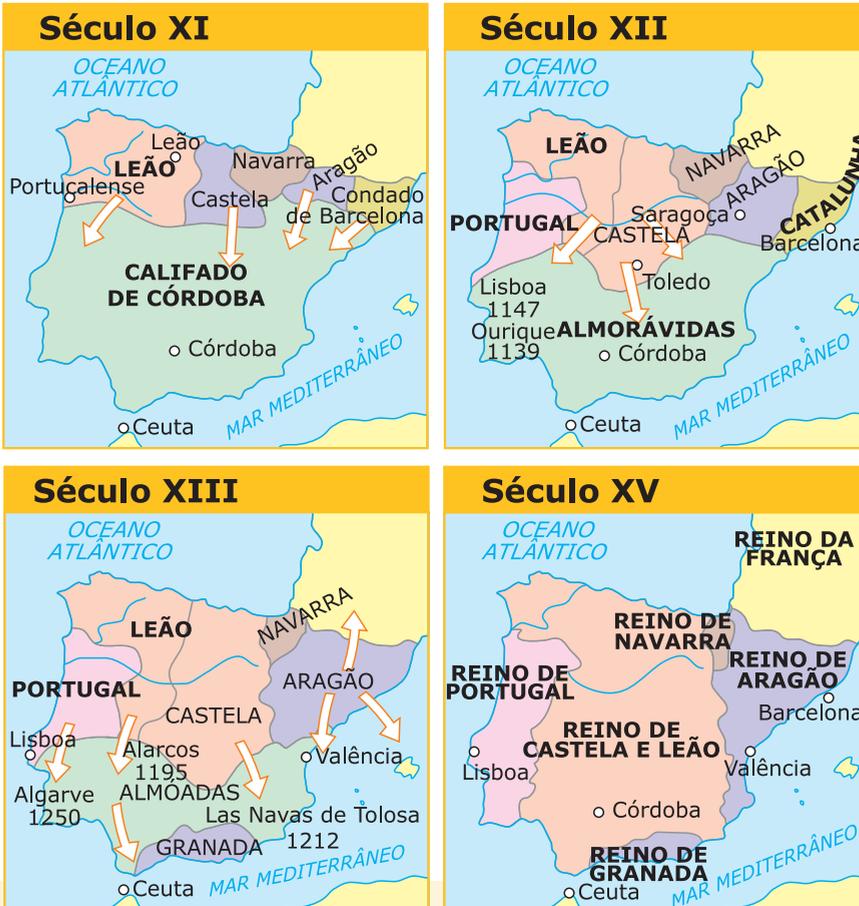
Os domínios recebidos por D. Henrique não eram independentes, isto é, as terras não haviam sido concedidas em caráter hereditário, sendo o recebedor um vassalo dependente do rei que por sua vez era suserano. Por essa razão, o condado Portucalense, desde cedo, assumiu uma postura separatista frente a Leão, tornando-se um feudo hereditário logo após a morte do rei Dom Afonso VI. Quando morreu D. Henrique de Borgonha, sua mulher, D. Teresa, prosseguiu a luta pela autonomia do condado, sendo ajudada por seu filho Afonso Henriques, que, em 1139, pro-



clamou a independência do condado Portucalense e fundou a monarquia portuguesa, constituindo-se no seu primeiro rei. D. Afonso Henriques assumiu o título de rei de Portugal, sendo posteriormente reconhecido por Afonso VII, de Leão, e pela Igreja Católica com o nome de D. Afonso I.

1.2. A Dinastia de Borgonha

Os reis da Dinastia de Borgonha, fundada por Afonso Henriques, governaram Portugal até 1383, quase duzentos e cinquenta anos, portanto. Durante esse período, a história do reino foi marcada principalmente pela luta contra os árabes-muçulmanos que ainda controlavam grande parte da Península Ibérica.



Etapas da formação de Portugal e Espanha, à medida que eram expulsos os muçulmanos pelas Guerras de Reconquista. Portugal consolida-se como monarquia nacional em 1385 com a Revolução de Avis, e a Espanha somente em 1492 com o casamento entre Fernando e Isabel que possibilitou a união dos reinos de Aragão e Navarra com o reino de Castela.

Em razão da Guerra de Reconquista, o Estado português tendeu a se fortalecer, uma vez que era preciso concentrar esforços na luta. Todos os segmentos sociais acabaram se submetendo à autoridade do monarca que, lentamente, foi acumulando poderes, ao mesmo tempo em que obrigava inclusive a nobreza feudal a unir-se sob sua autoridade. Assim, as conquistas se sucederam: em 1147, Lisboa tornou-se capital do reino; seguindo-se Évora, Serpa, Santarém, Alcácer do Sal e, finalmente, em meados do século XIII, sob o reinado de D. Afonso III, foi conquistada a região do Algarve, ao sul. Essa última conquista encerrava o projeto expansionista dos soberanos portugueses da Dinastia de Borgonha.

Torna-se importante destacar, a partir desses fatos, a posição singular de Portugal no contexto europeu da época. Enquanto que no restante do continente a tendência era a descentralização política (feudalismo), em Portugal a exigência constante de mobilização militar acabou por fortalecer a figura do rei, o que tornou possível a centralização política e a conseqüente submissão da nobreza feudal. Desse modo, pode-se concluir que o feudalismo português apresentou-se atípico. Por exemplo: o poder municipal apresentava-se forte e subordinado ao rei e não à nobreza; as leis eram elaboradas e impostas pelo soberano para vigorar em todo o reino; os impostos possuíam um caráter nacional, isto é, eram válidos para todo o reino e as instituições militares se subordinavam ao rei.

Essa tendência centralizadora no plano político evidentemente contribuiu para que Portugal se destacasse no aspecto econômico em relação ao restante da Europa. Portugal era, ao tempo da Dinastia de Borgonha, uma monarquia agrária, na qual destacava-se a produção de azeite (oliveiras), vinho (vinha) e cereais. Com o objetivo de concentrar recursos, o Estado adotava uma política intervencionista no setor da produção agrícola e também na pesca. Várias leis foram baixadas visando regulamentar e dinamizar esses setores, leis que tratavam da questão da mão-de-obra, outras sobre a terra (sesmarias), ou ainda sobre impostos e abastecimento.

O apoio do Estado à atividade pesqueira foi importante, pois acabou por dinamizar a atividade comercial em Portugal. A pesca da sardinha, inicialmente praticada no litoral, pôde evoluir durante o período dos reis de Borgonha em razão dos incentivos concedidos pelo Estado em forma de isenção de impostos em algumas áreas de pesca, construção de embarcações (caravelas) e investimentos para a pesca da baleia e do atum, além da produção de sal. Isso contribuiu para estimular o comércio interno e externo, aumentar a arrecadação do Estado e para o desenvolvimento das cidades portuguesas. Um exemplo bastante elucidativo desse progresso foi a fundação da Universidade de Coimbra, no reinado de D. Dinis, ainda no século XIII.

1.3. A Crise do Século XIV

O século XIV ficou marcado pela crise conjuntural do feudalismo proveniente da valorização do trabalho dos camponeses – que passaram a exigir salários maiores aos seus senhores, o que contribuiu para intensificar a exploração do trabalho daqueles que permaneciam na condição de servos. Além disso, o crescimento demográfico foi interrompido, como em algumas regiões houve decréscimo da população em decorrência das grandes catástrofes (fome, peste e guerras). Por conseqüência grande parte da população não podia comprar, o consumo caiu e os preços começaram a despencar. Um clima de convulsão social se fazia sentir em vários pontos da Europa, tensões e revoltas sociais marcaram esse período.

Esse quadro alterou o panorama do comércio europeu no que se refere à distribuição de mercadorias, uma vez que o temor das revoltas e a falta de segurança nas estradas levaram os mercadores a desviarem as rotas comerciais para o oceano Atlântico, passando pelo Mediterrâneo e estreito de Gibraltar. As rotas terrestres que ligavam as cidades italianas à região de Flandres perderam importância, enquanto as cidades litorâneas da Espanha, de Portugal, da Inglaterra, do norte da França e da Holanda foram beneficiadas pela intensifi-



cação da atividade mercantil. No caso de Portugal, tal ocorrência contribuiu para fortalecer um novo segmento social: a burguesia mercantil. O Estado, dirigido pelos reis de Borgonha, via nesse grupo a possibilidade de fortalecer-se economicamente, por isso passou a estimulá-lo. Enquanto isso, a nobreza, proprietária de terras, via seus interesses prejudicados pela intensificação do êxodo rural.



Com a reabertura do Mediterrâneo à navegação europeia, possibilitando o comércio entre Ocidente e Oriente, foi possível o crescimento e o aparecimento de vilas e cidades na Europa. O comércio e a burguesia foram os grandes responsáveis pela sucessão de mudanças que ocorreriam na Baixa Idade Média. Na gravura, uma rua de uma cidade, concentrando comerciantes e artesãos. Os comerciantes reuniam-se nas Ligas, e os artesãos nas Corporações de Ofício.

1.4. A Revolução de Avis

No ano de 1383 morreu aquele que seria o último rei da Dinastia de Borgonha, D. Fernando, o Formoso, sem deixar herdeiros varões. Sua única filha, D. Beatriz, era casada com o rei de Castela, D. João I, que, apoiado pela nobreza castelhana, tinha interesse em anexar Portugal ao seu reino. Se por um lado a nobreza portuguesa via tal possibilidade como uma saída para a crise em que estava mergulhada, por outro, o grupo ligado ao comércio, a burguesia mercantil, entendia que a união prejudicaria seus interesses, evidentemente muito distintos dos da nobreza. O povo via a anexação como um retrocesso, isto é, a volta de uma situação de opressão que a maioria da chamada “arraia miúda” já conhecia.

A burguesia comercial, apoiada pelo povo, assumiu um movimento revolucionário contra a nobreza portuguesa e contra Castela, e acabou levando ao poder D. João, mestre da ordem de Avis, que era filho bastardo de D. Pedro I, pai do rei morto (D. Fernando). A chamada Revolução de Avis durou dois anos (1383-1385) e foi sustentada financeiramente pela burguesia mercantil e comandada militarmente por Nuno Álvares Pereira.

Depois da derrota dos castelhanos na batalha de Aljubarrota, D. João, mestre de Avis, foi coroado rei de Portugal com o nome de D. João I, fundando assim a Dinastia de Avis, que governaria Portugal até o ano 1580. Mais importante, entretanto, é destacar que a Revolução de Avis levou ao poder, além do novo rei, o grupo mercantil, cujos interesses, evidentemente, seriam privilegiados a partir de então.

Estava concluído, assim, o processo de centralização política de Portugal, isto é, estava criado o primeiro Estado Nacional Moderno da Europa. Isso explica, em grande parte, o pioneirismo português na Expansão Comercial iniciada no século XV, na qual deve ser inserida a chegada dos europeus na América e no Brasil.



Batalha de Aljubarrota – foi decisiva para a ascensão de D. João de Avis ao trono português, em 1385. Os portugueses, contando com a ajuda dos eficientes arqueiros ingleses, conseguiram derrotar os castelhanos e manter a independência de Portugal, ao mesmo tempo em que consolidavam o Estado Nacional com a centralização do poder político e sua aliança com a camada mercantil. Esses fatores foram fundamentais para o pioneirismo português na expansão ultramarina.

Exercícios Resolvidos

01. (UFMG-MG) O tempo concreto da Igreja é (...) o templo dos clérigos, situados pelos ofícios religiosos, pelos sinos que os anunciam, pelo rigor indicado pelos quadrantes solares, imprecisos e variáveis (...) mercados e artifícios substituem esse tempo da Igreja pelo tempo mais exatamente medido utilizável para as tarefas profanas e laicas, o tempo dos relógios.

Le Goff, Jacques – Tempo da Igreja, Tempo de Mercados

Esse trecho refere-se a um aspecto das transformações ocorridas no início dos tempos modernos. Todas as alternativas apresentam outras características desse processo de mudanças, exceto:

- a) Ascensão da classe senhorial.
- b) Desenvolvimento de rotas terrestres e marítimas.
- c) Expansão da utilização da moeda.
- d) Formação das monarquias nacionais.
- e) Renascimento da vida urbana.

Resposta: A

O texto indica as mudanças provocadas pelo renascimento da vida urbana, desenvolvimento das rotas terrestres e marítimas, expansão e utilização de moeda e a formação das monarquias nacionais em oposição às características do sistema feudal.

02.



A guerra de reconquista, entre o século XI e XV, marcou a história de Portugal em seu período de formação. Quais foram suas motivações?

Resposta: Suas motivações foram o “espírito cruzadista” e o desejo de nobres conquistar terras, além da luta dos cristãos contra muçulmanos.

2. A Expansão Marítimo-Comercial Portuguesa

Resultado da necessidade que a Europa tinha de encontrar novos mercados fornecedores de mercadorias e metais preciosos, a expansão marítima europeia dos séculos XV e XVI constitui-se num dos mais espetaculares eventos históricos de todos os tempos. Tendo Portugal como país pioneiro no processo, a expansão teve como ponto de partida a conquista da cidade de Ceuta no norte da África – atual Marrocos –, e culminou com a chegada do homem europeu renascentista à Ásia e à América. O modelo econômico, a forma de organização política, bem como os valores culturais da civilização europeia, burguesa e cristã foram levados aos quatro cantos do planeta, atingindo organizações sociais que se encontravam em diferentes estágios de desenvolvimento cultural.

2.1. O Pioneirismo Português

A exemplo dos demais reinos da Europa, Portugal enfrentava grandes problemas de ordem econômica no final do século XIV, que acabaram transformando-se em razões para que o país se lançasse às grandes navegações. A necessidade de buscar novos fornecedores, a pequena quantidade de mão-de-obra disponível para o trabalho agrícola, a falta de produtos agrícolas e a escassez de metais preciosos compõem o quadro europeu e português da época. Ocorre que, dentre as nações europeias, Portugal era privilegiado, pois contava com fatores que acabaram por determinar sua primazia na expansão marítimo-comercial:



Caravela – Apesar de ser popularizada pelos portugueses, a caravela já era usada pelos romanos e árabes. Os portugueses fizeram algumas modificações, principalmente nas velas, as chamadas “velas latinas”, de formato triangular e de borda rígida, capazes de gerar uma força propulsora na direção oposta à do vento, permitindo a execução de manobras rápidas. Ela, permitiu não só a expansão marítima como também a criação de uma base para o desenvolvimento de uma indústria naval em Portugal.

- os portugueses contavam com alguma experiência em navegação, pois desde os tempos dos reis de Borgonha haviam eles se lançado ao mar com o objetivo de dinamizar a indústria da pesca;
- o país vivia uma situação de paz interna enquanto alguns países da Europa ainda se viam às voltas com guerras, como era o caso da França e Inglaterra (Guerra dos Cem Anos). Isso contribuiu para a estabilização política interna e, evidentemente, facilitou a execução do projeto de expansão;
- a prévia centralização política – formação do Estado nacional português – foi determinante para o pioneirismo lusitano. Somente um Estado centralizado e forte poderia concentrar recursos, manter a ordem interna e eliminar os entraves feudais que viabilizaram a empresa expansionista;

- havia em Portugal uma burguesia ávida de lucros e disposta a investir nas grandes navegações. Apesar de não ser a mais forte da Europa, essa burguesia constituiu-se no principal agente do processo e, para isso, contou com empréstimos das burguesias flamenga e italiana;
- a posição geográfica do país facilitou a saída portuguesa, pois, além de ser ponto importante das rotas que ligavam o sul com o norte do continente, a saída para o oceano Atlântico era fácil;
- pode-se destacar ainda os avanços técnicos da navegação ocorridos em Portugal como resultado da nova mentalidade investigativa da época – “espírito renascentista”.



D. Henrique, o navegador, e o porto de Lisboa, no século XV. Apesar de ser cognominado de “o navegante”, D. Henrique nunca chegou realmente a navegar. “O fato de o Infante nunca ter posto os pés numa embarcação é um dos argumentos mais usados por seus detratores. No entanto, ele parece confirmar que a saga deflagrada pelo Infante era, de fato, uma aventura da mente – e neste sentido, uma ação de cunho investigativo.” (BUENO, E. A viagem do Descobrimento. Col. Terra Brasilis, Ed. Objetiva. p. 58).

2.2. O Périplo Africano

O projeto expansionista português foi denominado Périplo Africano porque pretendia atingir a Ásia contornando o continente africano. O marco inicial da expansão lusa foi a conquista da cidade de Ceuta em 1415. Essa cidade do atual Marrocos – norte da África – era um importante entreposto de comércio árabe, e sua conquista poderia significar o controle de uma importante fatia dos negócios (especiarias e artigos de luxo) realizados com o Oriente. Ceuta destacava-se ainda por uma interessante produção agrícola e pelo comércio de ouro, marfim e escravos negros africanos. Ocorre que a ação dos conquistadores portugueses na cidade acabou por aniquilar suas pretensões, pois a violência empregada, os assassinatos e os roubos assustaram os mercadores árabes, que passaram a buscar outras rotas sem ser aquela, agora controlada pela cristandade lusa.

À conquista de Ceuta seguiram-se outras etapas da expansão portuguesa: a conquista do Atlântico e do litoral ocidental da África; ultrapassagem do cabo das Tormentas (depois chamado da Boa Esperança); chegada de Vasco da Gama à Índia e a conquista do Brasil. Veja, em ordem cronológica, algumas das conquistas portuguesas no Périplo Africano.

- Ceuta (1415)
- Ilha da Madeira (1419)
- Arquipélago dos Açores (1427-31)
- Cabo Bojador (1434)
- Senegal e Serra Leoa (1443-60)
- Ilha de Arguim (1444)
- Zaire (1482)
- Cabo das Tormentas (1488)
- Calicute – Índia (1498)



Castelo de São Jorge da Mina, construído pelos portugueses na África. Servia, ao mesmo tempo, de fortaleza e entreposto comercial. Conhecido também como Elmina, tornou-se o maior entreposto de escravos da época e um ponto importante na tentativa do rei D. João II em divulgar o cristianismo entre as tribos africanas.



Desembarque de Vasco da Gama em Calicute (1498), dando início às negociações comerciais que permitiram aos portugueses uma margem de lucro em torno de 6000%. Além disso, Vasco da Gama foi o primeiro europeu a chegar às "Índias" pelo mar (Museu de Caramelo, Portugal).

A viagem de Vasco da Gama às chamadas Índias, coroava de êxito a aventura portuguesa, assumindo um caráter verdadeiramente revolucionário naquele momento, pois, em uma única viagem, o conquistador conseguiu levar para Portugal uma quantidade de mercadorias que gerou um lucro da ordem de 6 000%.



Deve-se destacar ainda que a demora em se atingir o objetivo final, ou seja, os entrepostos dos reinos da Índia, pode ser explicada pelo fato de que, ao longo da costa ocidental do continente africano, os portugueses já encontraram formas de enriquecer os grupos mercantis e o Estado. Um lucrativo comércio de escravos já se desenvolvia durante o século XV. Além de escravos, o ouro, o marfim e a madeira constituíram-se em importantes fontes de lucro. Não houve colonização efetiva dessas regiões, isto é, não houve preocupação em ocupar e organizar a produção nas áreas conquistadas. Construíram-se **feitorias**, fortificações onde eram trocadas mercadorias européias por artigos da produção nativa.

2.3. Conflito Luso-Espanhol

Quando chegou à ilha de Guanaani, em 1492, Cristóvão Colombo supôs ter chegado às Índias. Posteriormente, o navegador Américo Vespúcio constatou tratar-se de um novo continente, mas isso só veio a acontecer no início do século XVI.

Enquanto isso, uma grande polêmica foi criada entre Portugal e Espanha pela posse da nova terra, que ambas as potências reivindicavam. Coube ao papa Alexandre VI intermediar a questão. Em 1493, o papa proclamou a chamada Bula Intercoetera, que propunha o traçado de uma linha imaginária 100 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, ficando as terras a oeste da linha para a Espanha e as terras a leste para Portugal.

Os portugueses se negaram a ratificar aquela proposta, pois, conhecendo o Atlântico, ficava evidenciado que poucas seriam as possessões que lhes caberiam. Assim, em 1494, após pressões do rei de Portugal, D. João II, um novo acordo foi proposto, o que demonstra o poderio português. Pelo novo tratado, assinado na cidade espanhola de Tordesilhas, uma linha imaginária seria traçada 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, cabendo à Espanha as terras que estivessem a oeste da linha, e a Portugal, as terras a leste.

Estava assim selada a primeira partilha imperialista do planeta. Repare que a divisão proposta dividia as terras do planeta entre duas potências. Muitos conflitos ocorreram a partir daí entre os países ibéricos e as chamadas potências de expansão tardia.

2.4. A Chegada ao Brasil

O Estado português estava interessado naquele momento – final do século XV – em garantir o controle das regiões asiáticas – reinos orientais – grande produtoras de especiarias e artigos de luxo que rendiam vultosos lucros aos cofres do reino e aos bolsos da burguesia mercantil. Para isso foi organizada uma gigantesca expedição que deveria seguir para a cidade de Calicute. A esquadra, formada por treze embarcações e 1 500 homens, comandada por Pedro Álvares Cabral, partiu no dia 9 de março de 1500.



Momento do desembarque de Cabral em Porto Seguro, sendo recepcionado pelos tupiniquins, após os primeiros contatos feitos por Nicolau Coelho.

Repare que o objetivo era consolidar o domínio do Oriente e garantir a supremacia portuguesa nos centros comerciais asiáticos.

Cabral percorreu um caminho em arco na altura do litoral africano de modo a afastar-se daquele continente. No dia 22 de abril de 1500 foi avistada a nova terra que, desde 1494, já pertencia a Portugal por direito internacional (Tratado de Tordesilhas). Escreveu-se carta; rezou-se missa (26 de abril) e no dia 2 de maio Cabral partiu para a cidade de Calicute, onde iria cumprir o objetivo maior da viagem: os lucros.

As controvérsias sobre o “achamento” do Brasil existem, mas não há meios de aprofundá-las. A chamada “questão da intencionalidade” é de menor relevância, pois em nada alteraria nossa história. Mais importante é compreender o processo que acabou culminando com a chegada do homem europeu a essas terras, o contexto histórico-social e econômico em que tudo aconteceu, ou seja, a maneira como o Brasil foi inserido na história da civilização cristã ocidental.

Exercícios Resolvidos

01. (Fuvest-SP) Explique como a formação do Estado nacional português contribuiu para o pioneirismo de Portugal na expansão comercial marítima.

Resposta: *A formação do estado nacional português ocorreu com a Revolução de Avis (1383-1385), permitindo à nova monarquia o recolhimento de impostos em escala nacional. Dispondo, assim, de abundantes recursos financeiros, o novo Estado habilitou-se como principal investidor na expansão marítima, cujos altos riscos não atraíram o investidor particular. Desse modo, é a precocidade da centralização do poder político que explica o pioneirismo português na mencionada expansão.*

02. Fuvest-SP

Leia o poema abaixo e, em seguida, responda às questões.

*Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!
Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu
Mas nele é que espelhou o céu.*

Fernando Pessoa, Mensagem

a) Qual o período da história de Portugal que está sendo recuperado pelo poeta Fernando Pessoa?

b) Por que as aventuras marítimas, nesse período, eram empreendimentos tão arriscados?

c) Por que a conquista e o domínio dos mares foram tão importantes naquele período?

Resposta:

a) *Séculos XV/XVI, período da expansão marítimo-comercial.*

b) *Pela baixa tecnologia de navegação e desconhecimentos geográficos. O Atlântico era um mar tenebroso e desconhecido.*

c) *Para consolidar o capitalismo comercial. Os mares eram rotas comerciais e controlá-las era obter hegemonia.*

3. O Período Pré-Colonial

Com a descoberta de um novo caminho marítimo para as Índias, feita por Vasco da Gama, em 1498, Portugal passou a ter o monopólio das especiarias orientais, antes em posse das cidades italianas. Nesta expansão comercial é descoberto o Brasil por Pedro Álvares Cabral, dando a Portugal o controle do caminho para as Índias através do Atlântico Sul.

Por outro lado, após as primeiras viagens ao Brasil, logo se percebeu que as terras descobertas não ofereciam o que mais interessava à economia portuguesa da época: comércio e metais preciosos. Dessa forma, o interesse de Portugal limitou-se ao envio de algumas expedições destinadas ao reconhecimento da terra e à manutenção de sua posse.

3.1. Expedições

I. Exploradoras

Tinham o objetivo de explorar geograficamente o território e procurar metais preciosos. A primeira foi comandada por Gaspar de Lemos, em 1501; a segunda, comandada por Gonçalo Coelho, em 1503, trouxe o geógrafo Américo Vespuccio que constatou que o Brasil fazia parte de um continente, ou seja, não era uma ilha, como imaginavam os portugueses.



II. Guarda-Costas

Objetivavam o policiamento do litoral e a expulsão dos contrabandistas franceses. As duas expedições foram comandadas por Cristóvão Jacques (1516 e 1526). A presença francesa representava não só o interesse pelo contrabando de pau-brasil, mas também a bronca de Francisco I, rei da França, contra o Tratado de Tordesilhas. Na segunda expedição, Cristóvão Jacques conseguiu aprisionar três navios franceses carregados de pau-brasil; prendeu cerca de 300 tripulantes que, depois de massacrar alguns, afogar outros e enforcar outros tantos, o que restou entregou de “presente” para índios antropófagos.



Francisco I, da França, indispôs-se ao Tratado de Tordesilhas, alegando ser também herdeiro de Adão. Diante disso, apoiou e incentivou mercadores e corsários a contrabandear pau-brasil e outros produtos das colônias portuguesas e espanholas.

Porém, essas expedições não conseguiam policiar o imenso litoral da colônia, o que deixava Portugal preocupado com sua possível perda.

3.2. O Pau-Brasil

O **pau-brasil**, madeira tintorial, foi a única riqueza comercial explorada nesta fase. Desenvolveu-se entre o branco e o indígena um tipo de relação de produção denominada *escambo*, em que o indígena trabalhava no corte, armazenamento e carregamento em troca de quinquilharias. Na verdade, constituía-se numa intensa exploração da mão-de-obra do índio, pois o indígena, não conhecendo o dinheiro nem uma economia de mercado, sujeitava-se a trabalhar por bugigangas sem valor.

Por outro lado, essas tais bugigangas, como colares, machado, facões, utensílios domésticos, eram produtos que os índios não conheciam e nem tinham condições de produzir. Logo, o valor para eles era inestimável. Mesmo depois de iniciar a colonização com a *plantation* açucareira, continuou-se a explorar o pau-brasil, tanto é que essa árvore, nos dias de hoje, é “peça de museu”, tal foi a sua devastação.

Exercícios Resolvidos

01. (UFMG-MG) O Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494,

a) foi elaborado segundo os mais modernos conhecimentos cartográficos, baseados nas teorias do geógrafo e astrônomo grego Ptolomeu.

b) foi respeitado pelos portugueses até o século XVIII, quando novas negociações resultaram no Tratado de Madri.

c) nasceu de uma atitude inovadora na época: a de resolver problemas políticos entre nações concorrentes pela via diplomática.

d) resultou da ação dos monarcas espanhóis que resistiram à adoção da Bula Intercoetera, contrária aos seus interesses.

e) surgiu da necessidade de definir a posse do território brasileiro disputado por Portugal e Espanha.

Resposta: C

02. (Vest-RJ) A disputa colonial entre portugueses e franceses durante o século XVI levou a vários confrontos no litoral da América Portuguesa. Entre as razões desses confrontos, podemos identificar a seguinte:

a) disputa pela hegemonia do comércio de pau-brasil para a manufatura têxtil;

b) disputa pela posse das zonas açucareiras do Nordeste brasileiro;

c) existência da questão dinástica na sucessão do rei D. Sebastião;

d) necessidade de exercer controle sobre a rica foz do rio Prata;

e) necessidade de controlar as rotas terrestres para a região das Minas.

Resposta: A

Capítulo 02. A Colonização Portuguesa

1. Capitânicas Hereditárias

Como Portugal não tinha recursos próprios para implantar um sistema administrativo em sua colônia americana, resolveu transferir o ônus da colonização para a empresa particular. Dessa forma, D. João III dividiu o Brasil em 14 capitânicas, perfazendo 15 lotes, distribuídos a 12 donatários. O donatário passaria a ser a autoridade máxima dentro de sua Capitania, tendo a responsabilidade de desenvolvê-la com seus recursos, e, com a sua morte, a administração passaria para seus herdeiros. Daí, sua denominação de Capitânicas Hereditárias.



Documento original da divisão do Brasil em capitânicas, identificadas ainda pelo nome de seus donatários.

A opção pelo sistema de Capitânicas Hereditárias foi determinada por uma série de fatores: primeiro, Portugal já tinha experiência do sistema, utilizado anteriormente nas

suas ilhas do Atlântico com relativo sucesso; segundo, Portugal não tinha condições financeiras para arcar com as despesas na montagem do aparelho administrativo necessário para sustentar a colonização.

A ligação jurídico-política entre o rei de Portugal e os capitães – donatários – ficou estabelecida em dois documentos básicos:

1.1. Carta de Doação

Conferia ao donatário a posse hereditária da terra, não podendo ele vendê-la ou doá-la, a não ser para Portugal.

1.2. Carta Foral

Estabelecia os direitos e deveres dos donatários, relativos à exploração da terra, como, por exemplo, escravizar índios, criar vilas e distribuir sesmarias, pagar 10% dos lucros sobre todos os produtos da terra, assim como o quinto sobre os metais preciosos que fossem encontrados.

Entretanto, o sistema de Capitânicas Hereditárias não alcançou, principalmente do ponto de vista econômico, o sucesso desejado, pois somente as Capitânicas de São Vicente e Pernambuco prosperaram, principalmente Pernambuco, de Duarte Coelho, que tinha ligações estreitas com a Metrópole e com os capitalistas holandeses. Quanto a São Vicente, decaiu poucos anos depois, entrando em uma economia de subsistência.

As causas que levaram ao fracasso podem ser resumidas nos seguintes fatores:

- 1) falta de recursos financeiros de alguns donatários;
- 2) ataques indígenas;
- 3) dificuldades de comunicação entre as Capitânicas e Portugal, decorrentes das enormes distâncias e da precariedade dos meios de transporte;
- 4) excessiva descentralização administrativa.

Nesse contexto, foi inevitável a participação direta do Estado português na administração colonial, a fim de apoiar a iniciativa particular e dar continuidade ao processo colonizador.

2. O Governo Geral

O Governo Geral foi criado para complementar o sistema de Capitânicas Hereditárias, centralizando a administração colonial e coordenando a ação dos donatários, e não propriamente extinguindo o sistema de Capitânicas.

Portugal recuperou a Capitania da Bahia depois de pagar uma indenização aos herdeiros do donatário Francisco Pereira Coutinho, que morrera tentando colonizá-la. A “Bahia de Todos os Santos”, localizada em um ponto central do litoral da colônia, era o local ideal para a instalação do Governo Geral, pois facilitava a comunicação entre as demais capitânicas e a sede do governo.

Em 1548 foi elaborado o **Regimento** instituindo o Governo Geral, com Tomé de Sousa sendo o responsável pela administração do novo sistema de governo colonial. O Regimento estabelecia ainda a instalação de um aparelho administrativo composto pelo **ouvidor-mor**, pelo **provedor-mor** e pelo **capitão-mor da costa**. Os primeiros governadores gerais foram:

2.1. Tomé de Sousa (1549–1553)



Ao desembarcar na Bahia, Tomé de Sousa é recepcionado por Caramuru e pelos índios tupinambás

Fundou a cidade de Salvador para ser a sede da administração colonial, trazendo os primeiros jesuítas, entre eles Manoel da Nóbrega, e criando o primeiro bispado da colônia. Introduziu a criação do gado bovino.

2.2. Duarte da Costa (1553–1558)

Trouxe outros jesuítas, dentre os quais José de Anchieta. Em seu governo ocorreram sérios desentendimentos com o bispo D. Pero Fernandes Sardinha, provocados principalmente pelas críticas que o bispo fazia ao comportamento moral de Álvaro da Costa, filho do governador. Em 1555, os franceses invadiram o Rio de Janeiro fundando a chamada França Antártica, colônia de refugiados calvinistas. No ano anterior, em 1554, houve a fundação de São Paulo pelos jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta.

2.3. Mem de Sá (1558–1572)

Consolidou a administração colonial por meio da expansão agrícola, da criação de gado e do aumento do volume do tráfico de escravos. Em 1563 os jesuítas José de Anchieta e Manuel da Nóbrega fizeram a Paz de Iperoig com os índios tamoios que ameaçavam São Paulo e São Vicente. Expulsou os franceses com o auxílio de tropas portuguesas comandadas por seu sobrinho Estácio de Sá, que fundou a cidade do Rio de Janeiro, em março de 1565.

Em 1573, devido à extensão territorial e ao perigo de invasões estrangeiras, Portugal resolveu dividir a administração colonial: uma administração ao norte, com capital em Salvador, e outra ao sul, com capital no Rio de Janeiro. Todavia, em 1578, o rei D. Sebastião, não satisfeito com os resultados da experiência, decidiu reunificar novamente a administração e, assim, Salvador retornou à condição de capital da colônia.

3. As Câmaras Municipais

São as Câmaras Municipais que constituem a verdadeira e quase única administração da colônia.

(...)

Nas eleições para os cargos administrativos votam apenas os “homens-bons”, a aristocracia rural, como se chamavam os proprietários. O poder das Câmaras é pois dos proprietários. E seu raio de ação é grande, muito maior que o estabelecido nas leis. Vemos Câmaras fixarem salários, preços de mercadorias, proporem e recusarem tributos reais, proverem sobre o comércio e a administração pública em geral, chegando a substituir governadores e capitães. Algumas Câmaras mantinham até representantes efetivos em Lisboa, tratando assim diretamente com o governo metropolitano, passando por cima da autoridade colonial. Dessa forma, o estado colonial apresenta-se, até meados do século XVII, como instrumento de classe desses proprietários.

É desses, portanto, e só destes, o poder político da colônia. Ele é, por isso, necessariamente disperso. Em cada região, é a Câmara respectiva que exerce o poder.

(Prado Jr., Caio. “Evolução política do Brasil e outros estudos”, Ed. Brasiliense)

As poderosas câmaras municipais, de espírito autonomista e defensoras dos interesses locais, tiveram seus poderes reduzidos quando da criação do Conselho Ultramarino em 1642, que implantou uma política de extrema centralização administrativa.

Exercícios Resolvidos

01. (Unifor-CE) O sistema de Capitâneas Hereditárias, estabelecido no Brasil por D. João III, teve por finalidade principal

a) favorecer a nobreza portuguesa, limitando o crescimento da burguesia, uma vez descoberto o caminho das Índias.

b) povoar o litoral em toda a sua extensão, utilizando a iniciativa privada, para assegurar a posse do território brasileiro contra estrangeiros.

c) incentivar o desenvolvimento da lavoura algodoeira, em virtude dos altos preços do produto no mercado europeu.

d) utilizar a costa brasileira como entreposto e centro de abastecimento das expedições que se encaminhavam à África em busca de especiarias.

e) povoar a faixa litorânea e o interior do território, podendo assim desenvolver povoados além da linha de Tordesilhas.

Resposta: B

02. (UMC-SP) A expedição de Martim Afonso de Sousa foi enviada em 1530, por D. João III, com a principal finalidade de

a) criar uma feitoria em São Paulo.

b) fundar uma colônia na França Antártica.

c) expulsar os franceses do Maranhão.

d) defender o litoral dos invasores holandeses.

e) dar início à colonização do Brasil.

Resposta: E

03. (UFMS-MS) A organização político-administrativa do Brasil Colônia estava baseada na divisão territorial em capitâneas, no estabelecimento dos governos gerais e na criação das câmaras municipais. Tal organização atendia às necessidades inerentes à relação metrópole-colônia apontadas abaixo, com exceção de:

a) promover a ocupação territorial através do povoamento.

b) evitar gastos supérfluos com o envio de funcionários da metrópole para a colônia.

c) possibilitar a efetivação dos interesses metropolitanos, que tinham por base a política mercantilista.

d) restringir a participação política nas câmaras municipais aos chamados “homens-bons”.

e) defender a colônia dos ataques e invasões das potências rivais.

Resposta: D



04. (Uneb-BA) *Antes porém de iniciarmos a viagem, quero mais uma vez demonstrar que cabe a Villegaignon, exclusivamente, a culpa de não se terem os franceses enraizados nesse país. Fariban de Rouen, capitão do navio, empreendera a viagem a pedido do líder da religião reformada.*

Nesse texto do século XVI, Jean de Léry recorda que

a) o interesse dos franceses restringiu-se às áreas do Recôncavo Baiano, enquanto os holandeses pretenderam o sul do País.

b) além de fundar uma colônia, os franceses buscavam uma região para seus protestantes calvinistas, os huguenotes.

c) o grupo francês que atacou o Rio de Janeiro sempre foi muito coeso em torno de seu líder, que morreu na luta.

d) a vitória portuguesa somente se tornou possível graças à campanha empreendida por Duarte da Costa e tropas enviadas pela Bahia.

Resposta: B

4. A Economia Açucareira

A decisão de Portugal de colonizar o Brasil é resultado de três fatores principais.

1) A decadência do comércio português no Oriente por causa, principalmente, da concorrência estrangeira. Por outro lado, Portugal sofre pressões políticas de outros países europeus descontentes com a partilha luso-espanhola.

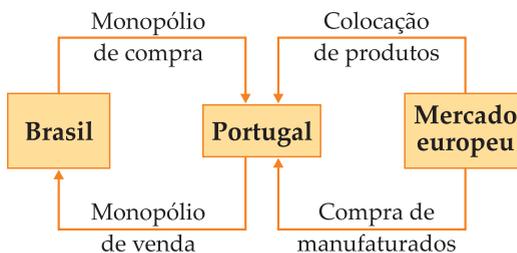
2) A crise econômica por que passa Portugal, resultado da decadência do comércio oriental.

3) O receio de perder o território, ou parte dele pelo menos, para os franceses, que já faziam contrabando de pau-brasil há muito tempo.

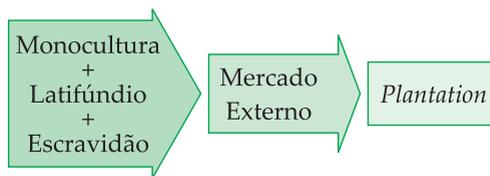
Dessa forma, o rei D. João III resolveu enviar ao Brasil a expedição de Martim Afonso de Sousa com a missão de implantar o sistema colonial.

A colonização, nas circunstâncias do momento, deveria obedecer à falta de recursos para a montagem da empresa colonial e, ao mesmo tempo, extrair o máximo possível. Assim, Portugal resolveu, no âmbito econômico, o estabelecimento da agroindústria açucareira e, no âmbito político-administrativo, implantação do sistema de Capitania Hereditária e, posteriormente, do Governo Geral.

A colonização foi feita no contexto do mercantilismo, destacando-se o monopólio comercial, ou exclusivo metropolitano, que dava para a burguesia portuguesa a exclusividade de comprar os produtos coloniais ao preço mais baixo possível, revendendo-os na Europa com grandes lucros. Por outro lado, a burguesia também tinha o direito de revender produtos europeus dentro do mercado colonial ao preço mais alto possível.



O açúcar já era conhecido dos europeus desde a época medieval, quando os cruzados o trouxeram do Oriente. Mais tarde, passou a ser cultivado, em pequena escala, no sul da Itália. Tanto do Oriente como do sul da Itália, o distribuidor era a República de Veneza, que vendia o açúcar em pequenas quantidades, dado seu grande valor. O açúcar passou a ser mais consumido quando Portugal começou a produzi-lo nas ilhas do Atlântico (Madeira e Cabo Verde) e a distribuição ficava a cargo dos holandeses.



Com a decisão de colonizar o Brasil e dele retirar lucros, Portugal resolveu sustentar a empresa colonial com a produção açucareira. Os fatores principais que compõem a estrutura da economia açucareira são:

- a) grandes propriedades;
- b) monocultura;
- c) mão-de-obra escrava
- d) produção voltada para o exterior;
- e) **participação holandesa** (investimentos, transporte, refinação e distribuição na Europa).

4.1. O Engenho: A Unidade de Produção

O engenho era a unidade produtiva da economia açucareira. Localizava-se no interior da grande propriedade, sendo composto de: casa-grande, senzala, capela e casa do engenho. A casa-grande era a residência do senhor de engenho e centro de comando de toda atividade econômica e social do engenho; a senzala era um grande galpão onde habitavam os escravos negros, em precária situação, às vezes amontoados uns aos outros; a capela era o local onde se realizavam os serviços religiosos e centro de reunião nos batizados, casamentos e funerais; a casa do engenho abrangia todas as instalações destinadas ao preparo do açúcar e era composta de moenda, fornalhas, casa de purgar e galpões.



Gravura desenhada pelo alemão Georg Marcgraf, que esteve em Pernambuco por volta de 1638, mostrando uma das fases da produção do açúcar. À direita, o caldo de cana está sendo colocado em tachos para ser purgado e, à esquerda, os chamados "pães-de-açúcar".

4.2. A Sociedade Açucareira

A sociedade colonial do período açucareiro, que se desenvolveu nos séculos XVI e XVII, refletia, sem dúvida, as relações de produção existentes. Assim, a estrutura dessa sociedade estava baseada, essencialmente, em duas classes opostas: de um lado, a classe senhorial ou de proprietários, e de outro, a dos escravos. Numa faixa intermediária, servindo aos interesses da classe dominante, encontravam-se homens brancos desempenhando várias funções: lavradores livres, feitores, padres das capelas, mestres-de-açúcar, etc.

Como as relações de produção e quase todas as sociais se davam no campo, essa sociedade apresentava o caráter rural; por outro lado, por ser baseada na posse da terra e existirem escravos, era estratificada; por fim, era também patriarcal em virtude dos grandes poderes que acumulavam os senhores de engenho, tanto na família como na sociedade.

A EXPANSÃO DA CANA





Exercícios Resolvidos

1. (Cesgranrio-RJ) "O senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos." O comentário de Antonil, escrito no século XVIII, pode ser considerado característico da sociedade colonial brasileira porque

a) a condição de proprietário de terras e de homens garantia a preponderância dos senhores de engenho na sociedade colonial.

b) a autoridade dos senhores restringia-se aos escravos, não se impondo às comunidades vizinhas e a outros proprietários menores

c) as dificuldades de adaptação às áreas coloniais levaram os europeus a organizar uma sociedade com mínima diferenciação e forte solidariedade entre seus segmentos.

d) as atividades dos senhores de engenho não se limitavam à agroindústria, pois controlavam o comércio de exportação, o tráfico negreiro e a economia de abastecimento.

e) o poder político dos senhores de engenho era assegurado pela metrópole através da sua designação para os mais altos cargos da administração colonial.

Resposta: A

2. (UEL-PR) No Brasil, a estrutura social do engenho constituiu-se em um exemplo clássico das formas de

a) exploração feudal.

b) instituição liberal.

c) dominação colonialista.

d) cooperação socialista.

e) organização pré-industrial.

Resposta: C

Capítulo 03. A Expansão Territorial

1. O Domínio Espanhol

A prematura morte do rei D. Sebastião, na luta contra os mouros no norte da África, durante a Batalha de Alcácer-Quibir em 1578, gerou grave crise política em Portugal. De imediato, o trono foi ocupado pelo seu tio-avô, o cardeal D. Henrique. Dois anos depois, em 1580, com a sua morte terminou a dinastia de Avis, surgindo então a questão de quem deveria herdar o trono português.



D. Sebastião – seu pai, o rei D. João, faleceu antes de seu nascimento. O governo foi exercido pela sua avó D. Catarina, de 1557 a 1562, sucedida pelo seu tio-avô, o cardeal D. Henrique, inquisidor-geral do Reino, até que o herdeiro completasse catorze anos e pudesse ascender ao trono.

Em meio à disputa, venceu Filipe II, rei da Espanha, de nada valendo a resistência popular em favor de D. Antonio, prior do Crato, apoiado pela Inglaterra e França.



Batalha de Alcácer-Quibir – as tropas portuguesas foram derrotadas pelos muçulmanos. O rei D. Sebastião desapareceu, dando origem ao “sebastianismo”.

Em 1581, as Cortes de Tomar se reuniram e aclamaram Filipe II como rei de Portugal, dando início à Dinastia Habsburgo. As Cortes decidiram que Portugal continuaria ditando as suas leis, comportando-se como Estado independente e que os altos cargos administrativos, tanto metropolitanos como coloniais, continuariam sendo ocupados pelos portugueses. Por outro lado, foi o período em que a Inquisição mais atuou, tanto em Portugal, como no Brasil.

A mudança mais importante na administração da colônia nesse período ocorreu nas funções do provedor-mor da Fazenda do Brasil. Ele passou a ter amplos poderes para impedir abusos fiscais, punir funcionários e controlar rigidamente a arrecadação de impostos. Durante os sessenta anos de domínio espanhol, os governantes preocuparam-se com a corrupção administrativa e fiscal, com a defesa do território, sujeito a constantes ataques dos inimigos da Espanha (França, Inglaterra e Holanda), com a colonização do Norte, em direção à Amazônia, e do Sul, em direção ao rio da Prata.



Em 1640, após a restauração da soberania portuguesa, com a ascensão de Dom João IV ao trono português, criou-se o Conselho Ultramarino (1642), que se tornou o organismo de controle da colonização brasileira. Os homens nomeados para o Conselho eram da estrita confiança do rei e tinham por missão auxiliar a Coroa na política de colonização.

Com a perda de territórios na Ásia e na África, o Brasil passou a ser a principal colônia lusitana, a “tábua de salvação” da situação econômica crítica de Portugal. O Conselho Ultramarino passou a centralizar todo o governo colonial, impondo uma política de arrocho do pacto colonial, marcada pela maior vigilância frente ao contrabando, intensificação de exploração econômica da colônia, rigoroso fiscalismo e controle direto das autoridades e órgãos do governo colonial.

Exercícios Resolvidos

01. A decisão das Cortes de Tomar, aceitando a união das monarquias ibéricas (1580-1640), teve como uma de suas conseqüências

a) a consolidação do domínio brasileiro no trecho do litoral entre Cananéia e Itamaracá, anteriormente ameaçado pelos espanhóis.

b) a aquisição, pelo Brasil, do domínio pacífico da região do Tape, no centro do Rio Grande do Sul.

c) o término dos ataques ao Brasil pelos inimigos da Espanha, tendo em vista antigas alianças e boas relações comerciais.

d) a perda do monopólio do comércio brasileiro por Portugal, pois o Brasil deixou de ser considerado uma colônia.

e) a suspensão temporária dos efeitos do Tratado de Tordesilhas, o que possibilitou ao Brasil promover sua expansão territorial.

Resposta: E

02. Quais as principais conseqüências do Domínio Espanhol para Portugal e para o Brasil?

Resposta. Para Portugal, o Domínio Espanhol representou a perda de várias possessões coloniais para inimigos da Espanha, que se envolveu em várias guerras e uma severa crise econômica.

Para o Brasil, significou o rompimento da linha de Tordesilhas, aproveitado pelas bandeiras e entradas que ocuparam uma vasta extensão territorial, mais tarde incorporada pelo Tratado de Madri, de 1750.

2. Os Holandeses no Nordeste

Associados aos portugueses desde o século XV na comercialização do açúcar das Ilhas do Atlântico, os flamengos participam também na montagem da empresa açucareira no Nordeste brasileiro, do tráfico de escravos e da comercialização do açúcar na Europa.

Ao mesmo tempo em que se realiza a União Peninsular, a Espanha está em guerra com os holandeses, que não aceitam a dominação espanhola e acabam, ao final, por conquistar a independência política. Em represália, Filipe II decreta o embargo ao comércio holandês nos portos portugueses e brasileiros, ocasionando sérios prejuízos financeiros e econômicos aos comerciantes holandeses. Assim, em vista do embargo espanhol ao comércio açucareiro, os holandeses resolveram invadir o Brasil para se apropriar do comércio perdido.

Para colocar os planos em ação, foi criada, em 1621, a Companhia das Índias Ocidentais (WIC), que teria o monopólio do comércio, da navegação e do tráfico de escravos para a região conquistada.

2.1. Primeira Invasão: Bahia (1624)

A Capitania da Bahia foi escolhida por ser a capital e também por ser grande produtora de açúcar. Jacob Willenkens e Johan Van Dorth tomaram Salvador de surpresa e prenderam o bispo D. Marcos Teixeira e o governador D. Mendonça Furtado. Entretanto, a resistência popular comandada por Mathias de Albuquerque enfraqueceu e desorientou os holandeses, o que facilitou sua expulsão pela esquadra enviada pela Espanha, conhecida como Jornada dos Vassalos.

2.2. Segunda Invasão: Pernambuco (1630-1654)

Cinco anos após o fracasso da invasão à Bahia, a WIC envia nova expedição, composta por 56 navios e 7 300 soldados, comandada por Hendricq Loncq.

Entre 1630 e 1637 os holandeses solidificaram a conquista impondo o fim da resistência do Arraial do Bom Jesus. Por outro lado, os senhores de engenho estão desgastados por causa da destruição das lavouras e engenhos e das fugas de escravos. Por isso, os holandeses compreendem a necessidade de estabelecer um meio mais eficaz de coexistir com os nativos e, ao mesmo tempo, recuperar a economia açucareira.



Os navios da WIC chegaram em Olinda após receberem as informações de seu espião, o cristão-novo Antônio Dias, conhecido como Papa-robalos. A esquadra holandesa sabia quando e onde deveria desembarcar graças às informações de seu agente.



Conde Maurício de Nassau Siegen. Em seu governo, o domínio holandês atingiu o apogeu tendo, inclusive, se expandido territorialmente. Incentivou as artes e as ciências, buscando entender melhor os trópicos. Foi um típico homem da Renascença.

Para acomodar a conquista, é nomeado pela WIC o Conde Maurício de Nassau para governar o Brasil Holandês. Esse processo de acomodação permitiu a reorganização das unidades de produção e um desenvolvimento urbano e comercial na cidade de Recife. Orientados por Calabar, os holandeses expandiram sua conquista por todo o Nordeste. Além disso, Nassau promoveu um desenvolvimento artístico e cultural, trazendo da Holanda vários pintores, arquitetos e cientistas.

Em 1640, com auxílio da Inglaterra, Portugal sai do Domínio Espanhol. Entretanto, não pode forçar as posições holandesas no Brasil por estar enfraquecido econômica e militarmente, em razão da desastrosa política colocada em prática pela Espanha na Europa. Por isso, Portugal resolveu assinar um tratado de paz com a Holanda, garantindo sua permanência no Brasil.

Por outro lado, a Holanda passa a ter problemas políticos e econômicos ocasionados pela sua intervenção na Guerra dos 30 anos (1618-1648) os quais, dessa forma, afetam também a WIC, que passa a pressionar Maurício de Nassau para interromper os incentivos aos planos urbanísticos e artísticos, como também para aumentar os lucros da empresa. Nassau pedia mais moderação, temendo que a pressão e a excessiva ganância pudessem provocar reação por parte dos colonos. O resultado final desses desentendimentos foi a saída de Maurício de Nassau do cargo de governador em 1644, e sua substituição por um triunvirato.

A nova política imposta pelo novo governo nomeado pela WIC rompeu as boas relações entre os holandeses e os senhores de engenho, dando início à fase de expulsão.

2.3. A Insurreição Pernambucana

A luta pela expulsão dos holandeses de Pernambuco teve início em 1645, um ano depois da partida de Nassau. O líder da insurreição foi o senhor de engenho João Fernandes Vieira, tendo ao seu lado André Vidal de Negreiros, Henrique Dias (negro) e Antonio Filipe Camarão (o índio Poty). Em 19 de fevereiro de 1649, ocorreu a segunda Batalha de Guararapes, na qual os holandeses tentaram romper o cerco de Recife, mas foram derrotados.



As lutas prosseguiram por mais cinco anos, ficando cada vez mais difícil a situação dos holandeses, que foram obrigados a se render, por intermédio do comandante Sigmund Van Schkoop, na Campina da Taborda, em 1654.



Exercícios Resolvidos

1. (Fuvest-SP) As invasões holandesas no Brasil (primeiro na Bahia e depois em Pernambuco) relacionam-se:

a) aos conflitos religiosos entre os holandeses (protestantes) e os portugueses (católicos) no quadro das “guerras de religião” europeias.

b) aos conflitos entre Holanda (ex-possessão espanhola) e Espanha, à passagem do trono português para o domínio dos Habsburgos espanhóis e aos interesses comerciais holandeses no açúcar brasileiro.

c) à aliança entre Holanda e Inglaterra, as duas maiores potências navais europeias, contra Portugal.

d) à política francesa de expansão colonial, que, agindo com a Holanda como intermediária, pretendia estabelecer no Brasil a chamada “França Antártica”.

e) à pretensão holandesa de transformar o Brasil num importante entreposto para o comércio de escravos.

Resposta: B

2. (UFMG-MG) Leia o texto:

“Nassau chegou em 1637 e partiu em 1644, deixando a marca do administrador. Seu período é o mais brilhante da presença estrangeira. Nassau renovou a administração (...). Foi relativamente tolerante com os católicos, permitindo-lhes o livre exercício do culto. Como também com os judeus (depois dele não houve a mesma tolerância, nem com os católicos e nem com os judeus – fato estranhável, pois a Companhia das Índias contava muito com eles, como acionistas ou em postos eminentes). Pensou no povo, dando-lhe diversões, melhorando as condições do porto e do núcleo urbano (...), fazendo museus de arte, parques botânicos e zoológicos, observatórios astronômicos.”

(Francisco Iglésias)

Esse texto refere-se

a) à chegada e instalação dos puritanos ingleses na Nova Inglaterra, em busca da liberdade religiosa.

b) à invasão holandesa no Brasil, no período da União Ibérica, e à fundação da Nova Holanda no Nordeste açucareiro.

c) às invasões francesas no litoral fluminense e à instalação de uma sociedade cosmopolita no Rio de Janeiro.

d) ao domínio flamengo nas Antilhas e à criação de uma sociedade moderna, influenciada pelo Renascimento.

e) ao estabelecimento dos sefardins, expulsos na Guerra da Reconquista Ibérica, nos Países Baixos e à fundação da Companhia das Índias Ocidentais.

Resposta: B

3. As Bandeiras

A expansão territorial representou a incorporação ao domínio português de uma vasta extensão de terras localizadas além-Tordesilhas, como também a ocupação efetiva de terras já pertencentes a Portugal. A ocupação do território brasileiro foi um dos maiores problemas enfrentados pela Metrópole, devido aos vários obstáculos surgidos, como: falta de recursos e de pessoal, condições naturais nem sempre favoráveis, ataques indígenas, etc. Esses fatores tornaram muito lenta a colonização do litoral e impuseram enormes dificuldades ao povoamento do interior.

A expansão e ocupação territorial foram conseqüências de ordem econômica e política, visando aos interesses dos colonos e da Metrópole. Os principais fatores responsáveis pela expansão territorial foram: as bandeiras, a pecuária e a expansão oficial.

3.1. Fases

As Bandeiras foram expedições de caráter particular, estruturadas militarmente, cujos objetivos se constituíram nas seguintes fases:

- 1) de apresamento (ou caça ao índio);
- 2) ouro de lavagem;
- 3) sertanismo de contrato.

Tiveram como núcleo de irradiação a capitania de São Vicente, especialmente a cidade de São Paulo. Com o declínio da produção açucareira, a capitania passa a viver de uma economia de subsistência, escravizando índios para usá-los como mão-de-obra doméstica. Com uma população pobre, o único recurso foi procurar recursos fora de São Paulo, daí a formação das Bandeiras.

I. Bandeiras de apresamento – Na primeira metade do século XVII, os holandeses conquistaram os principais mercados fornecedores de escravos na África e as regiões produtoras de açúcar no Nordeste brasileiro. Monopolizando o tráfico negreiro, os holande-

ses só forneciam escravos às regiões brasileiras que estavam sob seu domínio. A Bahia e o Rio de Janeiro, onde também se produzia açúcar, com a suspensão do tráfico, passaram a se constituir em amplos mercados para a mão-de-obra indígena, alcançando aí altos preços. Assim, o índio, que até então era caçado para o trabalho, passava agora a ser caçado como mercadoria.



As bandeiras procuravam riquezas, submetendo índios, escravos fugidos e descobrindo metais preciosos.

Os bandeirantes ingressaram então numa fase de apresamento maciço, penetrando no sertão, atacando as missões jesuíticas de Guaíra, Itatim, Tape, localizadas na região Paraná-Paraguai e Rio Grande do Sul, onde milhares de índios trabalhavam na terra ou no pastoreio, dirigidos e orientados pelos padres marianos. Dentre as bandeiras apresadoras destacaram-se a de Antonio Raposo Tavares e Manuel Preto.



Zumbi, líder dos quilombolas de Palmares, foi morto por André Furtado de Mendonça, após a destruição de Palmares por Domingos Jorge Velho. A cabeça de zumbi foi exposta na praça matriz de Recife, para tentar acabar com o mito de sua imortalidade.

O mais importante foco de resistência negra contra a escravidão foi o quilombo de Palmares, que se formou na serra da Barriga, em Alagoas. Nessa região de difícil acesso, desenvolveu-se uma comunidade de auto-suficiente que produzia milho, mandioca, banana, cana-de-açúcar e que, durante certo período, chegou a comercializar seus excedentes com as regiões vizinhas.

Palmares estabeleceu-se ao longo do século XVII, chegando a abrigar mais de 20 mil negros fugidos dos engenhos, dispersos durante a invasão holandesa. (...) Em 1694, depois de um longo cerco, o paulista Domingos Jorge Velho, a serviço dos senhores de engenho, invadiu e destruiu Palmares. Muitos de seus habitantes conseguiram fugir e reorganizaram-se sob o comando de Zumbi, continuando a luta contra os brancos. Em 20 de novembro de 1695, Zumbi, o mais famoso líder da luta pela liberdade dos escravos, foi preso, morto e esquartejado, sendo sua cabeça exposta numa praça de Recife para atemorizar as possíveis rebeliões.

(VICENTINO, C. e DORIGO, G. *História do Brasil*, Ed. Scipione, p. 111).

Exercícios Resolvidos

01. (Fuvest-SP) No século XVII, contribuíram para a penetração para o interior brasileiro:

- o desenvolvimento das culturas da cana-de-açúcar e do algodão.
- o apresamento de indígenas e a procura de riquezas minerais.
- a necessidade de defesa e o combate aos franceses.
- o fim do domínio espanhol e a restauração da monarquia portuguesa.
- a Guerra dos Emboabas e a transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro.

Resposta: B

02. (Fuvest-SP) Em 1694, uma expedição chefiada pelo bandeirante Domingos Jorge Velho foi encarregada pelo governo metropolitano de destruir o quilombo de Palmares. Isto se deu porque:

- os paulistas, excluídos do circuito da produção colonial centrada no Nordeste, queriam aí estabelecer pontos de comércio, sendo impedidos pelos quilombos.
- os paulistas tinham prática na perseguição de índios, os quais, aliados aos negros de Palmares, ameaçavam o governo com movimentos milenaristas.
- o quilombo desestabilizava o grande contingente escravo existente no Nordeste, ameaçando a continuidade da produção açucareira e da dominação colonial.
- os senhores de engenho temiam que os quilombolas, que haviam atraído brancos e mestiços pobres, organizassem um movimento de independência da colônia.

e) os aldeamentos de escravos rebeldes incitavam os colonos à revolta contra a metrópole, visando trazer novamente o Nordeste para o domínio holandês.

Resposta: C



4. A Pecuária

O gado bovino, introduzido na Bahia por Tomé de Sousa, foi utilizado, na colônia, para alimentação, transporte e tração. Funcionando como economia secundária, a pecuária esteve ligada durante os séculos XVI e XVII à agricultura tropical e, durante o século XVIII, à mineração.

A pecuária possibilitou o aproveitamento da mão-de-obra disponível do índio e do mameluco com remuneração, os quais se adaptaram ao trabalho do pastoreio.

Pela característica do trabalho do vaqueiro, que tem de percorrer longas distâncias a cavalo, não era possível usar escravos, que, provavelmente, fugiriam abandonando os animais ou levando-os junto. Dessa forma, todo o trabalho ligado à pecuária era feito por homens livres, que recebiam determinado pagamento pelo serviço realizado. Os vaqueiros, homens responsáveis pelos animais, recebiam como pagamento uma cria a cada quatro bezerros nascidos e acertavam contas com o fazendeiro a cada cinco anos. Os vaqueiros acabavam formando pequenos rebanhos de sua propriedade e, muitos deles, partiam para a criação de sua própria fazenda de gado. Com as novas fazendas, maior expansão territorial, maior conquista e avanço em direção ao interior; a pecuária, que nasceu ligada às necessidades dos engenhos, tornou-se atividade autônoma que se justificava economicamente.

Os auxiliares dos vaqueiros, denominados **fábricas**, eram pagos com dinheiro e o pagamento tanto poderia ser mensal como anual. Os fábricas dificilmente tornavam-se criadores, pois o que recebiam era insuficiente para adquirir um novilho e começar um rebanho. No caso do vaqueiro, o acerto era feito em animais por dois motivos: primeiro, para que ele cuidasse bem do rebanho que, quanto mais crescia, maior lucro lhe daria na hora do acerto; segundo, para coibir o roubo do rebanho, pois, como já foi dito, os animais

eram criados soltos e percorriam grandes extensões de terras que o dono da fazenda não podia fiscalizar, ele, então, precisava contar com a fidelidade dos seus vaqueiros, e a melhor forma de conseguir isso era torná-los seus sócios. O mesmo não precisava ser feito com os fábricas, por que eram o tempo todo fiscalizados pelos vaqueiros.

Contando com a grande extensão territorial e não contando com a concorrência metropolitana, a pecuária pôde se desenvolver e se constituir num importante fator de ocupação territorial dos sertões do Nordeste, do vale do São Francisco, do Piauí e do Sul da Colônia.

A expansão da pecuária pelos sertões do Nordeste decorreu da própria expansão da agricultura açucareira.

Assim, para preservar o crescimento da produção açucareira e também da pecuária, Portugal resolveu separar as duas atividades, proibindo a criação de gado na faixa litorânea. O gado adentra então o interior, o vale do rio São Francisco e Piauí, onde encontra pastagens e salinidade naturais. Nessas regiões se estabelece uma intensa exploração da pecuária, que abastece o litoral açucareiro (séculos XVI e XVII) e a região mineradora (século XVIII).

A expansão da pecuária para o sul da colônia deu-se após a destruição das missões jesuíticas do Paraná-Paraguai pelas bandeiras de preação. O gado, que era criado nas missões, se evade para o sul, onde, encontrando excelentes pastagens, se desenvolve livremente. Atraídos pelos rebanhos, paulistas deslocam-se em direção ao sul a fim de se apropriarem do gado, pois por esse tempo, o rápido povoamento da região mineira transforma-a num mercado consumidor de serviços e produtos variados, entre os quais ocupam lugar importante os animais de transporte, o couro e a carne. Desta maneira, as "gerais" agem como um fator de estímulo ao desenvolvimento de um setor econômico na região do Rio Grande do Sul, baseado de início no simples aproveitamento da "vacaria",

os rebanhos dispersos e semi-selvagens, constituindo aos poucos unidades criadoras e mercantis, o que possibilitou a integração física, econômica e política da região Sul no conjunto da realidade colonial.



Na gravura de Debret vê-se o abate do gado na região Sul do Brasil, durante o século XVIII. O gado dessa região é oriundo, em grande parte, das missões destruídas pelos bandeirantes no século XVII. O charque obtido, nessa época, era exportado para Portugal para Minas Gerais.

Exercícios Resolvidos

01. A pecuária do Nordeste foi uma atividade

- que preexistiu à economia açucareira, pois os indígenas já praticavam o pastoreio.
- que se desenvolveu paralelamente à economia açucareira visando a abastecer esta última em alimentos (carne) e força motriz.
- auto-suficiente, totalmente desvinculada da grande lavoura.
- que decorreu de um plano elaborado pela Metrópole.
- que teve como estímulo a demanda de carne pela população do sertão nordestino, durante todo o "ciclo do ouro".

Resposta: B

02. A interiorização do povoamento no território brasileiro nos séculos XVII e XVIII decorreu:

- do êxito da empresa agrícola que liberou mão-de-obra livre e escrava para a ocupação do interior.

b) do interesse português em ocupar o interior com a cana-de-açúcar.

c) da ampliação do quadro administrativo da metrópole.

d) da expansão das atividades econômicas, particularmente da pecuária e da mineração.

e) exclusivamente do estabelecimento de missões jesuíticas no interior da Colônia.

Resposta: D

5. As Drogas do Sertão e as Entradas

As entradas foram expedições organizadas pela metrópole portuguesa, com os objetivos de:

- defesa do território,
- exploração econômica da Amazônia e
- aproveitamento econômico do Prata.

5.1. Defesa do território

Em 1555, os franceses invadiram o Rio de Janeiro, até então praticamente despovoado pelos portugueses. Aliando-se aos índios tamoios, fundaram a França Antártica, colônia comercial que também serviria de refúgio aos protestantes (calvinistas) franceses.

A expulsão dos franceses foi feita pelo governador Mem de Sá, auxiliado pelo seu sobrinho Estácio de Sá, fundador da cidade do Rio de Janeiro, garantindo, desta forma, a ocupação da região pelos portugueses.

Entretanto, os franceses voltaram a atacar o Brasil durante o domínio espanhol (1580-1640), refletindo as rivalidades econômicas e políticas entre França e Espanha.

Os franceses invadiram o Maranhão, aliando-se novamente com o elemento indígena.

À medida que ocorria o movimento de expulsão, foram sendo fundados fortes que dariam origem a importantes núcleos de povoamento, consolidando assim a ocupação e a defesa do Nordeste: Forte de Filipéia de

Exercícios Resolvidos

1. O desenvolvimento da economia das “drogas do sertão”, na bacia Amazônica, na segunda metade do século XVII e primeira do século XVIII, está ligado

a) ao desempenho das missões religiosas, particularmente dos jesuítas, utilizando mão-de-obra indígena.

b) ao Tratado de Badajóz (1801), pelo qual Portugal perdeu alguns domínios no Oriente para a Holanda.

c) à falta de interesse da Inglaterra em distribuir o açúcar e o algodão brasileiros na Europa.

d) à concorrência das especiarias orientais comercializadas no mercado europeu pela Inglaterra e Holanda.

e) ao período da união das Coroas ibéricas, em que Portugal e Brasil ficaram subordinados aos reis Habsburgos.

Resposta: A

2. Como objetivos da expansão oficial, podemos destacar

a) a recuperação econômica das áreas canavieiras, destruídas pelos holandeses, e a exploração econômica da Amazônia.

b) a preação de indígenas e o aproveitamento econômico do rio da Prata.

c) a defesa do território e a extinção do Quilombo de Palmares.

d) a exploração econômica da Amazônia e o aproveitamento econômico da Prata.

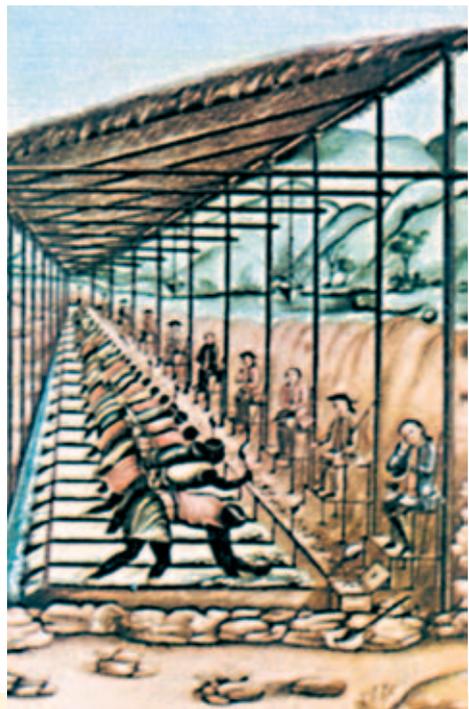
e) a obtenção de riquezas, graças à exploração de jazidas minerais.

Resposta: D

6. A Mineração

Desde a descoberta e, posteriormente, com a colonização, os portugueses sonhavam em encontrar metais preciosos no Brasil. Durante todo o século XVI, Portugal organizou “entradas” para o interior, a fim de desbravar os sertões à procura de ouro. O movimento bandeirante, desenvolvido em princípios do século XVII, realizou diversas expedições pelo sertão à procura do ouro, até encontrá-lo em Minas Gerais.

6.1. A Organização da Produção Mineira



Para que os escravos não engolissem as pedras encontradas, cada um era vigiado por um feitor, numa espécie de linha de montagem.



A exploração do minério não exigia grandes capitais nem sequer técnicas avançadas, pois o ouro obtido nesta época foi, basicamente, o “ouro de aluvião”, isto é, o ouro que fica na superfície dos leitos dos rios ou do solo. A organização da produção foi feita através de unidades que se compunham de dois tipos:

- **Lavras** – unidades de grande porte, dispondo de aparelhos mais sofisticados e usando um grande número de escravos;
- **Faisqueiras** – unidades pequenas e móveis, trabalhadas pelos próprios interessados, ou por escravos que pagavam aos seus senhores uma contribuição. Eram as unidades mais freqüentes.

Dessa forma, a produtividade era bastante oscilante e temporária, obrigando a sua alta especialização e, por conseguinte, a uma grande dependência de outros setores em função de determinados bens e serviços. O abastecimento da região mineradora era feito pela pecuária sulista e nordestina, por meio das tropas de mulas, pela agricultura paulista e pelas importações da metrópole.

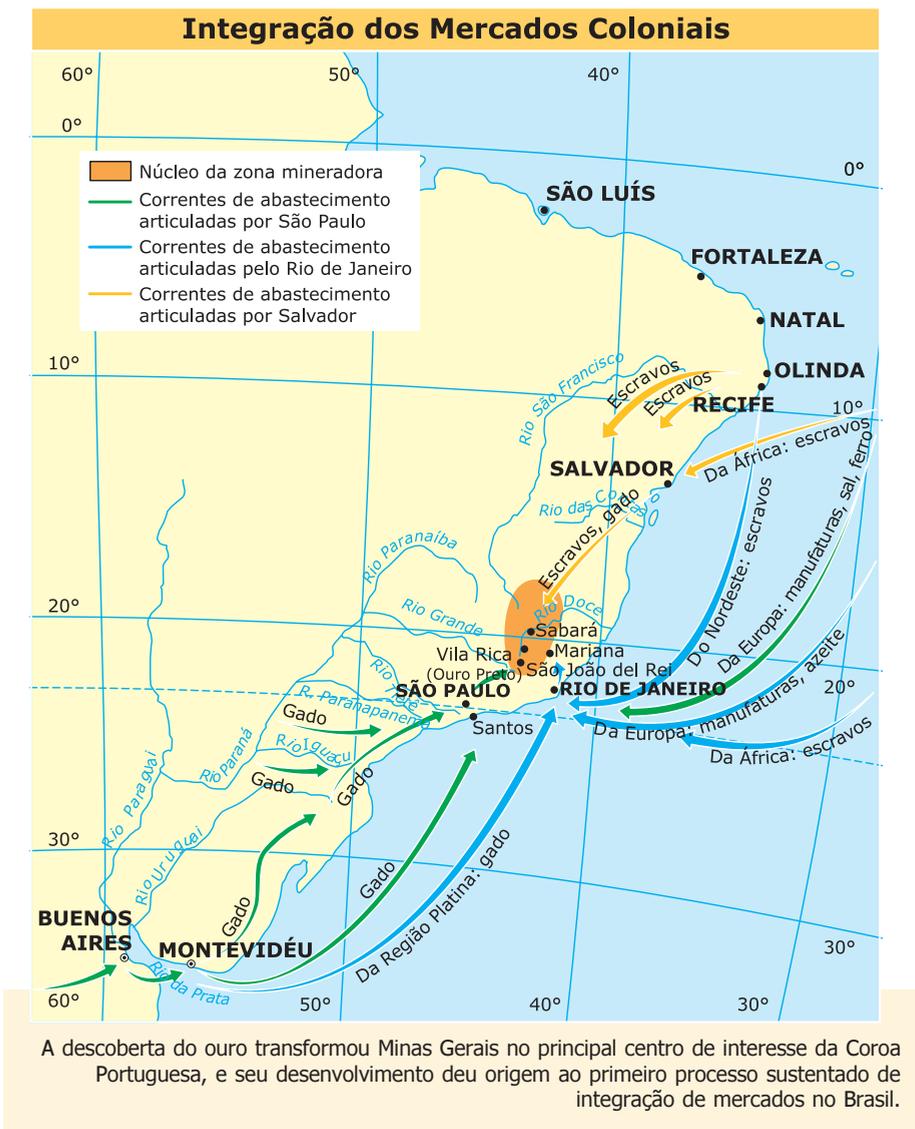
Assim, a mineração atuou como centro de distribuição de renda e dinamização do mercado interno colonial, ao contrário da economia açucareira que, além de pagar todos os bens e serviços ao mercado externo, concentrou a renda em mãos de uma minoria representada pelos senhores de terras e engenho.

6.2. A Regulamentação da Economia Mineira

Com o crescimento da produção aurífera, a metrópole decidiu aumentar a fiscalização, ao mesmo tempo em que criou legislação e administração:

- **1603:** a exploração de ouro foi declarada livre mediante o pagamento do “quinto”;
- **1702:** criação da Intendência das Minas, com o objetivo de regular a distribuição das datas e controlar a cobrança do “quinto”;
- **1720:** implantadas as Casas de Fundição, com a finalidade de transformar o ouro em barras de tamanho e pesos oficiais, timbradas com o selo real e já “quintadas”;
- **1735:** criado um novo imposto, “capitação”, pelo qual o minerador devia pagar 17 gramas de ouro por escravo que possuísse;
- **1750:** é estipulada a cota fixa de 100 arrobas de ouro, paga por Minas Gerais anualmente;
- **1765:** devido ao declínio da produção e à conseqüente demora no pagamento de impostos atrasados, Portugal decretou a “derama” – cobrança oficial e quase sempre feita de maneira violenta.

A partir da década de 1760, a produção de ouro começou a declinar, provocada principalmente pelo esgotamento natural das jazidas, pelas técnicas deficientes e, em grande parte, pela sobrecarga tributária imposta pela Metrópole sobre os mineradores.



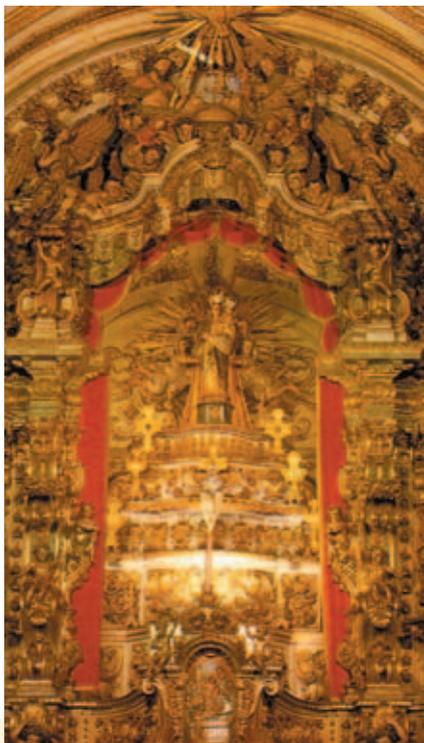
Em fins do século XVIII, a região mineradora entra em fase de economia de subsistência, sendo substituída no cenário econômico colonial pelo Renascimento Agrícola, representado pela expansão da cultura do algodão no Maranhão, exportado para a Inglaterra, devido à interrupção de suas importações feitas nas 13 colônias (EUA), agora em processo de independência.

A Produção de Ouro no Brasil	
Anos	Quant./ Ton.
De 1701 a 1721	55
De 1721 a 1741	180
De 1741 a 1761	290
De 1761 a 1781	210
De 1781 a 1801	110
De 1801 a 1821	55
De 1821 a 1841	50
De 1841 a 1861	45

6.3. O Tratado de Methuen

A descoberta das minas, em fins do século XVII, vem realizar finalmente o velho sonho português. Mas, além disso, o acontecimento surge como verdadeira salvação para a grave situação da economia metropolitana, cada vez mais decadente após sair do domínio espanhol – e dependente do comércio inglês. Prova clara disso é o Tratado de Methuen (1703), pelo qual a Inglaterra abre seus mercados ao vinho português, e Portugal abre os seus aos tecidos ingleses. No fim, quem arca com o déficit do comércio metropolitano é o produto da mineração brasileira. Diante disso, é inegável a importância maior da mineração para o mercantilismo português, explicando-se, assim, a rigidez da fiscalização sobre ela exercida, e a tributação que de tão pesada acaba por asfixiá-la depois de meio século de contínua expansão.

(TEIXEIRA, M.P. e DANTAS, J.
Estudos de História do Brasil, Ed. Moderna)



Altar da igreja de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto, totalmente feito em ouro. Enquanto a Inglaterra aplicava o ouro obtido com o Tratado de Methuen em indústrias, Portugal e sua colônia o aplicavam em igrejas e conventos. Interessante, não?

6.4. As Conseqüências da Mineração

As conseqüências da economia mineira constituíram-se em elementos importantes na formação do Brasil independente, criando, assim, as bases necessárias para uma conscientização de ruptura em relação a Portugal:

- deslocamento do eixo econômico do Nordeste para o Sudeste;
- desenvolvimento de um mercado interno, graças à ligação da economia mineira com outras regiões da colônia;
- aumento da população colonial (de 300 mil habitantes para 3 milhões);
- formação de uma camada social média;
- urbanização;
- transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro (1763);
- enfraquecimento do equilíbrio do sistema colonial devido à opressão fiscalista, provocando o rompimento entre a classe dominante da colônia e a Metrópole.

Exercícios Resolvidos

01. (Unicamp-SP) Durante o período colonial, o fisco metropolitano no Brasil atingiu todas as atividades econômicas e recorreu às mais variadas formas de arrecadação. Dentre os meios utilizados, destacaram-se aqueles praticados nas áreas de mineração porque foram os mais repressivos e escorchantes. Caracterize os sistemas utilizados pela Coroa Portuguesa para arrecadar o Quinto Real na região de Minas.

Resposta. Inicialmente, o quinto era cobrado pela Intendência da Minas, passando depois, em 1720, para as Casas de Fundição, proibindo-se a circulação de ouro em pó. Posteriormente, foi criada a “derrama”, forma violenta de cobrar os quintos atrasados.

02. (Fuvest-SP) No século XVIII, a produção do ouro provocou muitas transformações na colônia. Entre elas, podemos destacar

a) a urbanização da Amazônia, o início da produção do tabaco, a introdução do trabalho livre com os imigrantes.

b) a introdução do tráfico africano, a integração do índio, a desarticulação das relações com a Inglaterra.

c) a industrialização de São Paulo, a produção de café no Vale do Paraíba, a expansão da criação de ovinos em Minas Gerais.

d) a preservação da população indígena, a decadência da produção algodoeira, a introdução de operários europeus.

e) o aumento da produção de alimento, a integração de novas áreas por meio da pecuária e do comércio, a mudança do eixo econômico para o sul.

Resposta: E

7. Aspectos Culturais da Colônia

O crescimento urbano e social bem como o aumento da riqueza, graças à mineração, possibilitaram o surgimento de uma elite letrada que promoveu a expansão das manifestações culturais na Colônia. No decorrer do século XVIII, a literatura, a arquitetura, a música e as artes plásticas começaram a ganhar contornos próprios mesmo sofrendo uma profunda influência dos países europeus.



Padre Antônio Vieira (1608-1697) é certamente um dos maiores escritores da língua portuguesa. Veio ao Brasil e, como jesuíta, dedicou parte de sua vida à colônia, fazendo pregações na Bahia, em Olinda e São Luís. Ocupou vários cargos na corte e esteve em vários países em missões diplomáticas. Convicto de certas posições, em 1665 foi processado pela Inquisição por defender os cristãos-novos; condenado por suas opiniões consideradas heréticas, foi, entretanto, anistiado logo depois. Autor de vários sermões importantes, como o *Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda* (1640), cujo intento era barrar o avanço dos protestantes holandeses e garantir a viabilidade da máquina mercantil portuguesa.

Antes do século XVIII houve, evidentemente, importantes realizações culturais, como, por exemplo, os sermões do **Padre Vieira** e a obra poética e satírica de **Gregório de Matos**. Porém, somente com a consolidação e urbanização da sociedade de Minas Gerais é que foi possível o surgimento de três condições essenciais para se poder falar em literatura propriamente dita: autor, obra e público.



A partir daí, foram criados hábitos até então inexistentes na sociedade colonial. Os saraus que a alta sociedade promovia incluíam sessões musicais além de recitais de poesia. As missas passaram a ser cantadas, aumentando a produção de músicas sacras e destacando-se José Joaquim Emérico Lobo de Mesquita, que compôs obras de grande valor artístico, como, por exemplo, *Antífona de Nossa Senhora*.

O movimento iluminista que se desenvolvia na Europa, especialmente na França, exerceu forte influência sobre a elite cultural das Minas Gerais, apesar das proibições da metrópole quanto à entrada de obras de pensadores iluministas, como Voltaire e Rousseau.

Em meados do século XVIII, apareceram as primeiras agremiações literárias, como a Arcádia Ultramarina, na qual se destacavam Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto, conhecidos como a Plêiade Mineira. Mas não foi apenas em Minas Gerais que despontaram literatos, pois na Bahia foram fundadas a Academia Brasileira dos Esquecidos e a Academia dos Renascidos; no Rio de Janeiro, surgiu a Academia dos Felizes.

Foram os árcades mineiros que introduziram o sentimento de nacionalismo na literatura, possível de se perceber nas obras de todos os componentes da Plêiade Mineira. Nas *Cartas Chilenas*, por exemplo, obra satírica atribuída a Tomás Antônio Gonzaga, as idéias nacionais e de combate à opressão aparecem

claramente, conforme escreve Joaci P. Furtao: “as Cartas Chilenas são um poema satírico (...) que Critilo, escrevendo de Santiago do Chile, remete a Doroteu na Espanha, criticando o governo de Fanfarrão Minésio (...). Não há dúvida de que o poema está repleto de referências à administração de D. Luís da Cunha Meneses, governador da capitania de Minas Gerais de 1783 a 1788.” Critilo (Gonzaga) escreve, como se estivesse no Chile, a seu amigo Doroteu (Cláudio Manuel da Costa), que estava na Espanha, criticando um fictício governador chileno que, na realidade, era o governador das Minas. Todo esse cuidado em disfarçar a crítica se justificava pela violência com que a metrópole portuguesa costumava tratar os colonos que questionavam a exploração colonial. Os intelectuais de Vila Rica, assim como os artistas, pensavam e expressavam a crítica por meio de sua arte e ajudavam a criar a cultura brasileira, apesar de todo o controle exercido pela Coroa. Talvez isso explique a nossa mania de censurar os meios de comunicação, nos dias atuais e, especialmente, nos períodos ditatoriais, como no Estado Novo (1937-1945) e nos governos militares (1964-1985). É bom lembrar também, que Portugal proibia a circulação de livros e a publicação de jornais, como também não se preocupou em implantar o ensino superior na colônia, enquanto nas colônias espanholas e inglesas proliferavam as faculdades e universidades.



No detalhe da pintura no teto da nave da igreja São Francisco de Assis, em Ouro Preto, a irreverência de Manuel da Costa Ataíde, que substituiu os querubins loiros por anjinhos mulatos e fez Nossa Senhora com traços de sua companheira, também mulata.

Aliada à grande riqueza que durante o século XVIII circulou nas Minas Gerais, a vida urbana que se criou em torno da exploração mineral foi campo fecundo para o desenvolvimento das artes na Colônia. O barroco, a mais forte expressão da arte mineira, revelava a prosperidade da região; a produção foi tão intensa que havia trabalho para um grande número de artífices.

As principais obras de arquitetura, pintura e escultura foram religiosas. As igrejas imponentes eram decoradas com entalhes em madeira, pinturas nas paredes laterais e nos tetos, retratando cenas da vida de Cristo, além dos muitos detalhes pintados com ouro em pó misturado a um tipo de cola para dar aderência.

As pinturas mais importantes são de autoria de Manuel da Costa Ataíde, o melhor pintor brasileiro do período colonial; foi ele quem

pintou o teto da igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, onde retratou uma Nossa Senhora mulata cercada por anjinhos também mulatos. Essa atitude do mestre Ataíde revela um traço muito importante da arte mineira: o engajamento social dos artistas; muitos deles mestiços ou de origem pobre aproveitavam-se da arte para fazer crítica social e política, coisa que não podiam fazer diretamente sob risco de serem presos e condenados por crime de lesa-majestade.

Antonio Francisco Lisboa, chamado de Aleijadinho por causa das deformações provocadas por uma doença, foi o mais criativo dos artistas mineiros. A beleza de suas esculturas é conhecida no mundo todo. Sua genial produção artística está espalhada por várias cidades da região das Minas, como Ouro Preto, São João Del Rei, Congonhas do Campo e Sabará.



Suas esculturas traduzem a efervescência cultural e social em que viveu. O mulato Francisco Lisboa vivia na pele as dificuldades de se pertencer ao grupo dos dominados e discriminados na sociedade escravista e preconceituosa do Brasil colonial, que opunha brancos e negros e destinava a estes, por mais talentosos que fossem, a condição de inferioridade social. Além desse traço pessoal, sua arte traduz a vida intelectual e política de Vila Rica. É possível que o escultor tenha participado da Inconfidência Mineira; com certeza sabe-se que era amigo de Cláudio Manuel da Costa. Os seus trabalhos mais importantes foram de caráter religioso, nos quais ele fez críticas aos portugueses. No conjunto de esculturas que formam *Os Passos de Cristo antes da Crucificação*, na cidade de Congonhas do Campo, o genial mulato esculpiu os soldados romanos com expressão animalésca, numa clara associação entre aqueles que eram a repressão no tempo de Cristo e os portugueses que eram a repressão na sociedade em que ele vivia. Há ainda o fato de que a imagem de Cristo morto tem a marca de uma corda no pescoço, o que muitos estudiosos entendem que se trata de uma representação de Tiradentes, morto na forca.



O jovem Daniel, talhado num só bloco de pedrasabão, uma das doze figuras dos Profetas, em Congonhas do Campo, MG, é uma das obras-primas do Aleijadinho.

Embora seu engajamento político e social tenha dado à sua obra um valor especial, o que mais impressiona é realmente a beleza de seu trabalho, considerado pela ONU (Organização das Nações Unidas), com outras relíquias do tempo da mineração, patrimônio da humanidade.

Exercícios Resolvidos

01. (Unifor-CE) no contexto do panorama cultural brasileiro, o Aleijadinho destacou-se por sua contribuição à:

- a) escultura e arquitetura;
- b) pintura e ourivesaria;
- c) gravura e cinzelamento;
- d) ourivesaria e paisagismo;
- e) pirogravura e ourivesaria.

Resposta: A

02. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A literatura e as artes em geral consolidaram-se na colônia, somente com a urbanização da sociedade mineira, no século XVIII.
- b) O Iluminismo exerceu forte influência sobre a elite cultural mineira, inclusive na Inconfidência.
- c) Os arcades mineiros, por meio de duas obras, introduziram o sentimento de nacionalismo na literatura, apesar de várias restrições.
- d) Portugal, seguindo o exemplo da Espanha, fundou duas faculdades de Direito na colônia: uma em Olinda, outra em São Paulo.
- e) As pinturas mais importantes da era mineradora, pertencem a Manuel da Costa Ataíde, cuja maior obra é o teto da igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto.

Resposta: D

Capítulo 04. A Crise do Sistema Colonial

1. Revoltas Nativistas

As revoltas nativistas que eclodiram no Brasil colonial não foram somente dos grupos submetidos (índios e negros), mas também dos próprios colonos. As razões desses movimentos são variadas, porém todos eles apresentaram uma característica comum: o sentimento nativista, expresso na insubordinação dos colonos contra as autoridades e representantes da Coroa. As revoltas nativistas foram um movimento de protesto, de caráter local ou regional, isto é, em defesa de interesses específicos de determinada região. Buscavam melhorias para os colonos sem, contudo, contestar as bases da ordem social e econômica.(...) Em outras palavras, os colonos não tinham ainda a consciência de que a origem de seus problemas estava na própria lógica do sistema colonial: enriquecer a metrópole e não promover o desenvolvimento da colônia.

(DOMINGUES, J.E. e FIUSA, L.P.L – *História – O Brasil em Foco*, FTD, p.53)

1.1. A Revolta dos Irmãos Beckman: Maranhão – (1684)

A Companhia de Comércio do Maranhão, criada em 1682, obteve o monopólio de comércio na região do Maranhão, comprometendo-se a fornecer por vinte anos quinhentos escravos africanos por ano, comprar a produção local para vender no mercado europeu e abastecer os colonos com gêneros importados da Europa. Comprometeu-se ainda a incentivar a produção de cravo, baunilha e cacau. Mas os produtos importados eram de má qualidade e tinham preços altos. Apenas parte da produção local era comprada, e, mesmo assim, por preços baixos. Por outro lado, a Companhia não cumpria com regularidade o fornecimento de escravos negros.

Diante dessas dificuldades, os grandes proprietários do Maranhão, liderados pelos irmãos Beckman (Tomás e Manuel), rebelaram-se contra os abusos da Companhia em 1684. Seus objetivos compreendiam o fim do monopólio comercial e a liberdade de escravizar os índios.

Os revoltosos decidiram ainda, em assembleia realizada na Câmara Municipal, a exoneração do capitão-mor, a organização de um novo governo, a expropriação dos depósitos da Companhia e a prisão dos padres jesuítas que queriam impedir a escravidão indígena.

O novo governador, nomeado pela Coroa, Gomes Freire de Andrade, prendeu e enforcou os principais cabeças da rebelião, deportou outros revoltosos e aniquilou o movimento. Mas um dos objetivos da revolta foi alcançado: a Companhia de Comércio do Maranhão foi extinta por ordem real.

1.2. A Guerra dos Emboabas: Minas Gerais – (1708)

Outra revolta envolvendo colonos e o monopólio metropolitano foi a guerra dos Emboabas, em Minas Gerais, entre 1708 e 1709. A corrida do ouro trouxera um enxame de aventureiros e desempregados de todos os recantos da colônia e também de Portugal. Os vicentinos e os paulistas se opunham aos estrangeiros na corrida às Gerais. Achavam-se com direitos maiores sobre os de fora, porque haviam sido os primeiros descobridores das ricas jazidas de ouro e, segundo, porque todas aquelas terras achavam-se dentro da capitania de São Paulo.



Os bandeirantes paulistas descobriram as minas nas Gerais e, depois da guerra dos Emboabas, foram descobrir outras minas de ouro em Goiás e Mato Grosso.



O modo de vida dos paulistas era outro fator de ressentimento em relação aos baianos, pernambucanos e estrangeiros. Suas casas eram pobres, a alimentação modesta, as roupas simples, andavam descalços, pareciam homens de fora da civilização diante dos recém-chegados, que vinham de regiões de produção ligada ao mercado externo e desfrutavam de condições econômicas mais semelhantes às dos portugueses.

Para os paulistas, emboabas eram todos os que não fossem originários da capitania de São Paulo, incluindo aí os portugueses.

Os incidentes começaram em 1707, com linchamentos de chefes paulistas por emboabas. Seguiram-se violências nos caminhos das minas e, no final de 1708, os emboabas já controlavam duas das principais áreas de mineração, Sabará (rio das Velhas) e Vila Rica, ficando os paulistas confinados à região do rio das Mortes (São João d'El Rei). Os emboabas aclamaram, então, Manuel Nunes Viana como “governador” das Gerais, o qual encarregou Bento do Amaral Coutinho de expulsar os paulistas dos lugares onde se haviam aquartelado. Derrotados, os paulistas se retiraram da região.

A Coroa, preocupada com a queda da produção aurífera provocada pelos conflitos, criou a capitania real de São Paulo e Minas do Ouro, distribuiu perdão geral e conseguiu a pacificação. Portugal também atendeu às reivindicações dos mineradores, com a elevação à condição de vila das localidades de Ribeirão do Carmo (Mariana), Sabará e Vila Rica (Ouro Preto).

1.3. A Guerra dos Mascates: Pernambuco – (1710)

No início do século XVIII, os senhores de engenho de Pernambuco sofriam um duplo problema. De um lado, o Rio de Janeiro tornava-se área de produção açucareira, abastecendo o mercado mineiro. Com isso, o Nordeste, além de sofrer a concorrência antilhana, ainda sofria agora uma concorrência in-

terna. Por outro lado, a elevação do preço do escravo, devido a uma grande demanda na região das minas, encarecia o açúcar nordestino. A consequência imediata foi o endividamento dos senhores de engenho com os comerciantes, que, além de manipular os preços das mercadorias, emprestavam dinheiro para a produção.



O porto de Recife era um dos mais movimentados da colônia.

Devido ao monopólio mercantil português na colônia, os comerciantes eram, em sua grande maioria, portugueses. Os conflitos entre senhores de engenho e mascates, como eram chamados depreciativamente os comerciantes, acabaram se configurando na rivalidade entre Olinda e Recife. A primeira, vila e sede da capitania e da Câmara Municipal, estava sob controle dos senhores de engenho, que impunham o pagamento de altas taxas à população de Recife, lugar controlado pelos comerciantes e que, embora economicamente forte, não tinha recebido o direito de tornar-se vila.

Mas a elevação de Recife a vila em 1709, tornando-a independente de Olinda, revoltou os senhores de engenho. O governador e os comerciantes mais ricos foram presos e os rebeldes exigiram a anulação do decreto de elevação de Recife a vila, o tabelamento dos escravos africanos, a não-hipoteca das terras dos proprietários aos mascates por

causa das dívidas e a permissão para o comércio direto com embarcações inglesas e francesas. Entretanto, o governo português nomeou um novo governador e enviou tropas para controlar a região. Ao terminar o movimento, em 1712, Recife foi confirmada como cidade e, também, como capital de Pernambuco.

1.4. A Revolta de Vila Rica Minas Gerais – (1720)

A partir de 1710, depois de pacificada a Guerra dos Emboabas, a Coroa passou a aumentar impostos, criando novas tributações, taxas e dízimos para toda a colônia. O resultado dessa política foi, de um lado, um maior controle da produção colonial, mas, de outro lado, maior estímulo à corrupção e ao contrabando.



Filipe dos Santos durante seu julgamento, em Vila Rica. Filipe dos Santos, ao contrário do que muita gente pensa, não era minerador e sim tropeiro. E português.

Escravos eram treinados para engolirem pepitas de ouro, os “santos de pau oco” escondiam ouro, prata e diamantes. A vinculação dos mineradores às Câmaras, encarregadas da cobrança do quinto, colocava em dúvida a quantidade de ouro enviada a Portugal.

Para ter melhor controle sobre o pagamento dos impostos, a Coroa passou a designar funcionários para fiscalizar as Câmaras e criou as Casas de Fundição para arrecadar os quintos.

Em 1720, um levante comandado por Filipe dos Santos e Paschoal Guimarães tomou Vila Rica e apresentou as seguintes reivindicações: fechamento das Casas de Fundição, extinção do monopólio da Coroa sobre o sal e perdão incondicional aos rebeldes. O governador da capitania, o conde de Assumar, pediu tempo, mas depois ordenou uma repressão violenta que culminou com a prisão, julgamento e execução de Filipe dos Santos. Assumindo poderes que legalmente não tinha, Assumar quis dar um exemplo para a população.

Exercícios Resolvidos

01. (Fuvest-SP) As primeiras rebeliões contra a Coroa Portuguesa visavam a:

- conseguir a independência do Brasil.
- suprimir entraves econômicos .
- abolir o pacto colonial.
- garantir a autonomia dos poderes principais.
- emancipar as capitais do sul da colônia .

Resposta: B

02. (FAAP-SP) A Revolta de Beckman, a Guerra dos Mascates, a Guerra dos Emboabas e a Revolta de Filipe dos Santos são movimentos denominados nativistas. Cite duas características básicas desses movimentos.

Resposta

Foram movimentos de caráter regional em defesa de interesses econômicos.

2. O Período Pombalino

A administração do marquês de Pombal (1750 - 1777), ministro do rei Dom José I, marcou de certa forma o apogeu do processo de colonização do Brasil. Foi o momento em que o Pacto Colonial se aprofundou no sentido de ampliar e garantir os interesses metropolitanos na colônia. Através de reformas inspiradas no Iluminismo, Pombal aplicou métodos racionalistas ao seu governo, principalmente



no estímulo ao desenvolvimento cultural e educacional, como também na política econômica que, no entanto, teve reforçados alguns de seus aspectos mercantilistas.

Ao mesmo tempo, Pombal desejava retirar Portugal do atraso econômico e da dependência em relação à Inglaterra. Para isso, projetou uma grande intervenção do Estado na economia, abolindo privilégios e isenções de impostos, chocando-se com interesses da nobreza e do clero.



Marquês de Pombal, sentado, aprecia projetos para a reconstrução de Lisboa, destruída pelo terremoto ocorrido em 1755.

O ouro do Brasil financiou praticamente toda essa reconstrução.

Porém, a primeira medida que Pombal adotou ao assumir o ministério foi a de transformar o pagamento da capitação, imposto pago pelos mineradores e que era odiado, em pagamento anual de 100 arrobas de ouro. Três anos depois, o quinto arrecadado no Brasil chegava a 400 mil libras esterlinas, mais do que suficiente para financiar seu programa de modernização de Portugal e da Colônia.

- Criação do Banco Real, em 1751, complementado, em 1762, pela organização do Erário Régio.
- Monopólio régio sobre a exploração de diamantes, com a criação do Distrito Diamantino.

- Fundação de companhias de comércio como a Cia. do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, e a Cia. de Pernambuco e Paraíba, em 1759. Foram criadas para reforçar o poder do Estado por meio do monopólio mercantilista.
- Construção de vários fortes em áreas de litígio com a Espanha, a fim de consolidar o domínio e a posse portuguesa.
- Transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763.
- Reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755. Nesse momento, o poder do marquês de Pombal alcançou um grau elevado, fazendo com que ele o concentrasse todo em suas mãos.



Ruínas da Sé de Lisboa, após o terremoto de 1755

- Expulsão dos jesuítas de Portugal e do Brasil – As reformas feitas por Pombal, que incluíam extinção de privilégios, prejudicaram a nobreza e o clero. O descontentamento chegou a ponto de nobres e clérigos atentarem contra a vida do rei D. José I, na noite de 3 de setembro de 1758, a fim de colocarem a princesa D. Maria no trono. O soberano escapou e a resposta à tentativa de regicídio veio fulminante: os envolvidos foram presos, torturados e alguns, executados. Quanto aos jesuítas, o Marquês de Pombal aproveitou para expulsá-los de Portugal e do Brasil, pois eram um entrave ao processo de modernização do ensino. Pombal desejava um ensino técnico, necessário aos seus anseios industriais e não o falar discursivo da oratória religiosa. Para controlar a Inquisição, colocou no cargo de inquisidor-geral, seu irmão, Paulo de Carvalho. Para remediar os problemas educacionais com a expulsão dos jesuítas, Pombal criou um imposto – o subsídio literário – para sustentar o ensino público.

Dessa forma a administração pombalina é colocada como um exemplo de despotismo esclarecido. Isto é, utiliza práticas do liberalismo num contexto de absolutismo e mercantilismo. Ou, como alguns historiadores definem: a reforma do Estado, pelo próprio Estado, sem a participação popular.



D. Maria I, rainha de Portugal, promoveu a política da “viradeira”.

A grande controvérsia entre os historiadores portugueses a favor e contra Pombal levou à visão de um corte profundo entre a época pombalina e a que a ela se seguiu, o reinado de D. Maria I. A própria expressão “a viradeira”, empregada para definir o período posterior à morte de D. José I, em 1777, e a queda de Pombal, é um indício dessa visão. Muita coisa mudou: as companhias de comércio foram extintas e a Colônia foi proibida de manter fábricas ou manufaturas de tecidos, exceto as de pano grosso de algodão para uso dos escravos.

(FAUSTO, B – *História do Brasil*, Edusp, p.112)

A nobreza voltou a compartilhar o poder, e o clero voltou a ter força nas decisões políticas, mas a Cia. de Jesus continuou afastada e a Inquisição manteve-se subordinada ao Estado. Com isso, os interesses ingleses voltaram a predominar na economia portuguesa e, conseqüentemente, no Brasil.

Exercícios Resolvidos

1. (Unicamp-SP) Entre 1750 e 1777, durante o reinado de D. José I em Portugal, o marquês de Pombal, seguindo as práticas do despotismo esclarecido, determinou novas medidas econômicas e administrativas para o Brasil.

Mencione três decisões da política pombalina e as alterações que elas provocaram na colônia.

Resposta

a) *Criação de companhias de comércio que atuaram no Norte e Nordeste ⇒ maior rigidez do monopólio mercantil português, nas áreas de produção agrícola do Brasil.*

b) *Extinção das capitânicas hereditárias e do Estado do Maranhão ⇒ maior centralização administrativa.*

c) *Expulsão dos jesuítas ⇒ desorganização do sistema de ensino na colônia.*

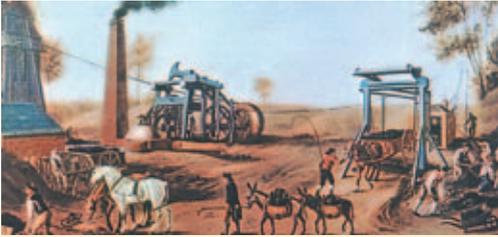
2. (Fuvest-SP) Quais os fatores responsáveis pela mudança da capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763?

Resposta

A transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro vincula-se à mudança do eixo econômico do Nordeste açucareiro para o Sudeste, palco da mineração. Além disso, havia a preocupação de Portugal com as fronteiras no sul da colônia, especificamente com a colônia de Sacramento, com as missões e a ocupação do Rio Grande do Sul.



3. As Revoltas Coloniais



A Revolução Industrial na Inglaterra provocou uma radical transformação nas relações de produção e de troca. Foi fundamental na derrubada do Antigo Regime, no processo de independência da América e na consolidação do capitalismo.

A consolidação do capitalismo com a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra na segunda metade do século XVIII, provocou sensíveis transformações nas relações de produção, chocando-se com as velhas estruturas do antigo sistema colonial de base mercantilista. A necessidade de obter matérias-primas para a indústria e não mais artigos para o comércio, como também o desejo de ampliar o mercado consumidor, levaram a Inglaterra a pressionar os países que ainda viviam do colonialismo mercantilista, como Portugal e Espanha, a alterarem suas relações com as colônias.

O monopólio metropolitano tornara-se incompatível com o desenvolvimento industrial inglês.



Revolução Francesa (1789-1799), responsável pelo sepultamento do chamado Antigo Regime.

A partir da segunda metade do século XVIII, portanto, na mesma época em que se expandia a Revolução Industrial na Inglaterra, as contradições do modelo colonial levaram os colonos, na América, a lutarem pela emancipação política.

3.1. A Conjuração Mineira (1789)

A partir de 1750, a Coroa portuguesa decidiu implantar a finta - rendimento anual do quinto, que deveria render no mínimo 100 arrobas. O que faltasse para atingir esse total seria cobrado pela derrama quando o rei decidisse. Era isso que tanto aterrorizava a capitania de Minas Gerais. A decretação da derrama era prenúncio de violência por parte das autoridades.

De um lado, a opressão metropolitana; de outro, a crise econômica com o esgotamento das lavras de ouro. Como pano de fundo, a incentivar a rebeldia, a difusão das idéias da Ilustração européia e as notícias da independência dos EUA. Tudo isso fazia crescer o nível de consciência de alguns grupos da sociedade mineira: literatos, padres, militares, funcionários, profissionais liberais. A percepção da exploração colonial aparecia cifrada nos versos de poetas como Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga.

O projeto dos conspiradores defendia a livre produção, com apoio ao desenvolvimento das manufaturas têxteis e siderúrgicas, além do estímulo à produção agrícola através da doação de terras a famílias pobres. Inspirados por autores iluministas, como o abade Raynal - Thomas Guillaume François (1713-1796), os conspiradores defendiam a liberdade comercial, eliminando qualquer tipo de monopólio. Mas era apenas moral a condenação da escravidão: muitos participantes dos movimentos possuíam escravos.



Tiradentes, ou Joaquim José da Silva Xavier, trajando seu uniforme de alferes.

Os desenganos pessoais confundiam-se com os interesses coletivos e tudo levava os mineiros à revolta. Muitos conjurados tinham dívidas altíssimas com a Coroa, como Silvério dos Reis, um dos delatores. Na Devassa, Tiradentes afirma textualmente: "O fato de ser alferes influiu para transformar-me em conspirador, levado a tanto pelas injustiças que sofri, preterido sempre nas promoções a que tinha direito. Uni as minhas amarguras às do povo, que eram maiores, e foi assim que a idéia de liberdade tomou conta de mim".

Sobre a forma de governo, os conjurados pretendiam implantar uma República. Desejavam a transferência da capital para São João del-Rei e a fundação de uma Universidade em Vila Rica. Decidiu-se a adoção de uma bandeira com o lema "libertas quae sera tamen". O início do levante foi marcado para o dia da derrama, que já estava previsto.

Apoio externo foi tentado por José Joaquim da Maia junto a Thomas Jefferson, embaixador dos EUA na França. Mas o governo norte-americano não quis se comprometer.

Na verdade, a conspiração se resumiu a reuniões e confabulações. Isolados da massa popular, os conjurados eram estruturalmente fracos e só pensaram em armas no último momento.

A devassa, iniciada em Minas, durou quase três anos, encerrando-se no Rio de Janeiro. A primeira sentença, condenando 11 acusados à morte, foi modificada pela rainha Dona Maria I, que estabeleceu o degredo perpétuo para os 10 principais envolvidos. Para servir de bode expiatório, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi o único que pagou com a vida a ousadia de se levantar contra o jugo da metrópole. Tido como líder principal pelos juízes e pelos outros conjurados, era, no entanto, o mais pobre e o menos letrado. Os padres envolvidos cumpriram suas penas em conventos penitenciários de Portugal.

3.2. Conjuração Baiana (1798)

Esta conspiração foi mais popular que as anteriores. Muitos alfaiates, sapateiros, bordadores, carpinas e pedreiros aderiram ao movimento, que por isso ficou conhecido também como "Revolta dos Alfaiates". Acredita-se que notícias dos levantes de escravos no Haiti chegassem até a capitania da Bahia.



Toussaint Louverture, ex-escravo, liderou o processo de independência do Haiti, que possuía uma população de 540 mil habitantes, dos quais 480 mil eram escravos. A independência do Haiti influenciou a Revolta dos Alfaiates, ocorrida na Bahia em 1798.



A difusão dos princípios liberais do Iluminismo ganhara grande impulso com a fundação da Loja Maçônica Cavaleiros da Luz, por inspiração do militar francês Antoine Larcher, enviado especial do governo francês à ilha Maurício, encarregado de transmitir o decreto da abolição da escravidão a essa ilha. O tempo que o comandante Larcher permaneceu em Salvador foi suficiente para divulgar as idéias iluministas e revolucionárias que eram colocadas em prática naquele momento na França. Os conspiradores, influenciados, sem dúvida, por idéias mais radicais da Revolução Francesa (jacobinos), planejavam acabar com a escravidão e com o preconceito racial, fundar uma República Democrática que comerciaria com todos os países. Os conventos seriam abertos com franquia para os que quisessem sair. Os presos forçados das galés seriam postos em liberdade. O soldo da tropa seria aumentado.

A repressão agiu com rapidez, impedindo a reunião convocada para o Campo do Dique. Foram presas 49 pessoas, sendo as sentenças as mais variadas. Exílios, açoites e penas de morte. A pena máxima coube a quatro soldados e alfaiates: Lucas Dantas, Luiz Gonzaga das Virgens, João de Deus e Manuel Faustino. Por sinal, quatro mulatos.

“No manifesto dos conspiradores baianos, havia a exortação: “Povo, o tempo é chegado para defenderdes a vossa liberdade; o dia da nossa revolução, da nossa liberdade e da nossa felicidade está para chegar. Animai-vos que sereis felizes para sempre!” Apesar da derrota de mais esse movimento, estava claro o agravamento da crise do sistema colonial.”

Em Pernambuco, o Areópago do Itambé e o Seminário de Olinda eram outros dois centros de difusão das idéias liberais no Nordeste. Influenciados por eles, os irmãos Suassuna,

um dos quais senhor de engenho, elaboraram um projeto de independência de Pernambuco em 1801. Para isso, contavam com a invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas. Os conspiradores foram denunciados à Junta Governativa e presos. Mais tarde foram libertados por falta de provas.

Exercícios Resolvidos

01. (Unicamp-SP) Leia e interprete o texto abaixo:

“A Inconfidência Mineira, ao contrário das rebeliões anteriores na colônia, prendia-se à conjuntura histórica ocidental e revelava a corrosão pelas novas idéias e pelas transformações econômicas e sociais, das instituições da época.”

Resposta

A Inconfidência Mineira já se prende à conjuntura de crise do Antigo Regime colonial, diferentemente dos outros movimentos de revolta ocorridos anteriormente. Ela se liga também à difusão das idéias liberais no Ocidente, impulsionadas pela Independência dos EUA e pela Revolução Francesa, que exprimiam a crise do Antigo Regime no velho continente.

02. (Fuvest-SP) A Inconfidência Mineira foi uma manifestação da crise do sistema colonial português no final do século XVIII. Comente duas das características desse movimento.

Resposta

A Inconfidência caracterizou-se pelo seu aspecto emancipacionista e pelo caráter elitista de sua composição social.

Capítulo 05. O Processo de Independência

1. A Vinda da Família Real

No início do século XIX, a situação de Portugal em relação à Inglaterra era de evidente dependência econômica e política, manifestada desde 1640, quando saiu do domínio espanhol. Sedimentou-se com o Tratado de Methuen de 1703, tornando difícil e precária a situação portuguesa no contexto dos conflitos político-militares entre a França e a Inglaterra.



Napoleão Bonaparte assumiu o poder como Cônsul em 1799 e, em 1804, tornou-se imperador dos franceses, graças ao prestígio que conquistou com suas campanhas e ao seu tino político.

No auge dos conflitos, Napoleão decretou em Berlim, em 21 de novembro de 1806, o Bloqueio Continental, em represália ao Bloqueio Marítimo feito pela Inglaterra, visando com isso a arruinar economicamente a Inglaterra.

O governo português, a partir desse momento, viu-se entre dois fogos: não podia aderir ao Bloqueio Continental, pois sua sobrevivência econômica dependia de suas relações com a Inglaterra, e não podia deixar de

aderir, para não correr o risco de ter seu território invadido pelas tropas francesas.

D. João, que governava Portugal desde 1792 devido à debilidade mental de sua mãe, Dona Maria I, “a Louca”, retardava a decisão. Em agosto de 1807, Napoleão fez uma série de exigências a Portugal.

Em 20 de outubro do mesmo ano, D. João atendeu a uma das exigências, fechando os portos aos navios com destino à Inglaterra e aos que de lá fossem provenientes. Em vista disso, a Inglaterra, por meio de seu ministro em Portugal, Lord Strangford, ameaçou invadir e bombardear Portugal. Assim, D. João foi obrigado a assinar a Convenção Secreta de 22 de outubro de 1807, que previa:

- 1) transferência da família real para o Brasil, caso Portugal fosse invadido pelas tropas francesas;
- 2) proteção marítima inglesa ao governo português na sua viagem;
- 3) ocupação da ilha da Madeira pelos ingleses durante as guerras contra a França;
- 4) liberdade de comércio inglês através de um porto no Brasil.

Ao tomar conhecimento da Convenção Secreta entre Portugal e Inglaterra, Napoleão assinou com a Espanha o **Tratado de Fontainebleau**, estabelecendo:

- a) invasão e desmembramento de Portugal em três partes;
- b) extinção da Dinastia de Bragança;
- c) divisão das colônias portuguesas entre Espanha e França.



D. João, sabendo dos termos do Tratado de Fontainebleau e da notícia de que as tropas franco-espanholas comandadas pelo general Junot já estavam a caminho de Portugal, resolveu acatar a idéia defendida pelo ministro inglês Lord Strangford de transferir o governo português, isto é, a família real, para o Brasil.

2. Governo Joanino

2.1. A Abertura dos Portos: Fim do Pacto Colonial

Seis dias após seu desembarque em Salvador, D. João assinou a Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, decretando a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. Pela Carta Régia, seria permitida a importação de todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias transportados em navios que pertencessem aos países amigos de Portugal.



José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, responsável pela redação do documento que abriu os portos brasileiros às "nações amigas", em 1808.

Entretanto, a abertura dos portos brasileiros estava inteiramente de acordo com os interesses ingleses, firmados através das imposições de Lord Strangford, quando da par-

tida da família real, mas também com os interesses da aristocracia rural brasileira, que teria maiores lucros nas exportações e poderia adquirir mercadorias importadas a menor preço.

O redator da Carta Régia foi o brasileiro José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, defensor do **liberalismo econômico** criado por Adam Smith e representante dos interesses da aristocracia rural brasileira.

2.2. A Liberdade Industrial

Em 1º de abril de 1808, D. João revogou o alvará de 1785, de D. Maria I, que proibia o estabelecimento de fábricas industriais no Brasil. Assim, pelo alvará de liberdade industrial de 1808, o Brasil poderia implantar suas primeiras indústrias. Entretanto, não havia capitais suficientes nem sequer uma política econômica voltada para os interesses industriais, pois a aristocracia estava voltada para uma economia rural de base escravista.

Além disso, a Inglaterra dificultava ao máximo as importações de máquinas, a fim de evitar a concorrência; o Brasil tinha de se constituir em mercado consumidor e não em mercado produtor, concorrente da Inglaterra.

2.3. Os Tratados de 1810

Ante o descontentamento dos ingleses pelo fato de Portugal pagar apenas 16% de taxas alfandegárias no Brasil e a Inglaterra pagar tanto quanto os demais países, 24%, o ministro Canning enviou o Lord Strangford a fim de elaborar tratados com D. João, visando à melhoria das condições econômicas sobre o mercado brasileiro.

Assim, em 1810, são elaborados o Tratado de Comércio e Navegação e o Tratado de Aliança e Amizade. Com esses tratados, Portugal perdeu definitivamente o monopólio do comércio brasileiro, e o Brasil caiu diretamente na dependência do capitalismo inglês.

• Tratado de Comércio e Navegação

Estabelecia, entre outros pontos, o seguinte:

a) facultava aos ingleses a nomeação de juízes com o objetivo de julgar os súditos britânicos no Brasil;

b) estabelecia liberdade religiosa aos ingleses;

c) estabelecia a taxa de 15% *ad valorem* para as importações de produtos ingleses (enquanto Portugal pagava 16% e os outros países pagavam 24%);

d) declarava livre o porto de Santa Catarina.

• Tratado de Aliança e Amizade

De seus onze artigos, os que mais afetavam o Brasil eram:

a) D. João comprometia-se a não estabelecer a Santa Inquisição no Brasil;

b) determinava a gradual extinção do tráfico de escravos para o Brasil.

2.4. A Administração de D. João

A administração de D. João foi marcada pela tentativa de manter um equilíbrio entre a aristocracia brasileira e os comerciantes portugueses.

À medida que se criava o aparelhamento burocrático-estatal para dar continuidade à administração governamental, D. João ia satisfazendo aos interesses da aristocracia rural. Assim, temos: criação do Banco do Brasil, da Junta do Comércio, da Junta da Agricultura e Navegação, da Escola Médico-Cirúrgica da Bahia, da Academia de Belas-Artes, da Academia Militar, da Imprensa Régia com a publicação da Gazeta do Rio de Janeiro.

Em 1816, chegou ao Brasil a Missão Artística Francesa, que teria grande influência sobre as Artes Plásticas no Brasil. Destacou-se nessa missão o pintor francês Jean Baptiste Debret, que retratou os costumes brasileiros no início do século XIX.

2.5. A Elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal

Em 16 de fevereiro de 1815, D. João elevou o Brasil à categoria de Reino, unindo-o ao Reino de Portugal; assim, o novo nome do império português seria **Reino de Portugal, Brasil e Algarves**.



Talleyrand, ministro das Relações Exteriores da França, participou do congresso de Viena em que propôs a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves.

A iniciativa de transformação do Brasil em reino partiu do ministro francês Talleyrand, participante do Congresso de Viena, interessado no voto de Portugal.

2.6. A Política Externa de D. João

A política externa do governo joanino pautou-se por dois fatos:

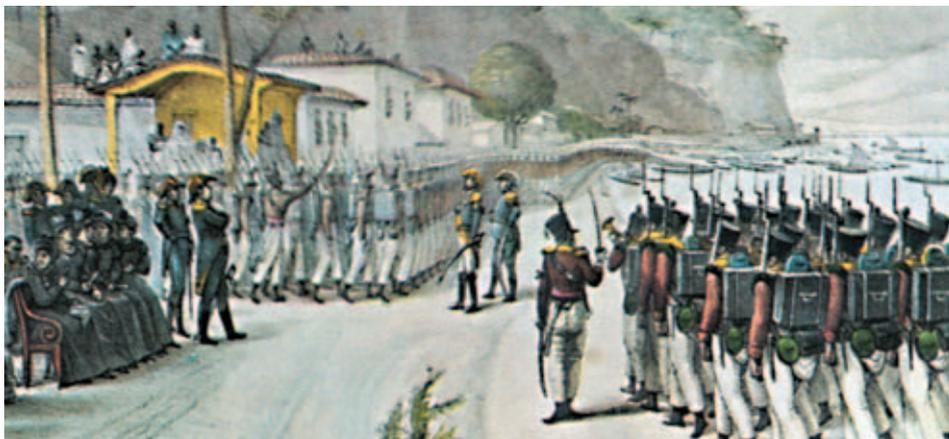
• **Conquista da Guiana Francesa:** em represália à invasão francesa a Portugal, D. João determinou a conquista da Guiana Francesa, em 1809, com o apoio militar inglês. Por determinação do Congresso de Viena, a Guiana Francesa foi devolvida à França em 1817;

• **Conquista da Banda Oriental:** representou antes de mais nada os interesses dinásticos de Carlota Joaquina, esposa de D. João. Além disso, representava as pretensões expansionistas portuguesas e os interesses comerciais da burguesia inglesa, na amplia-



ção de mercados consumidores. A conquista definitiva deu-se após a segunda intervenção em 1816, feita pelo general Lecor, que dominou Montevidéu. A região foi anexada ao

Brasil com o nome de Província Cisplatina; em 1828, tornou-se independente, passando a chamar-se Uruguai.



Tropas luso-brasileiras preparam-se para embarcar rumo ao Uruguai a fim de ocupá-lo. D. João ordenou a invasão alegando proteger o Rio Grande do Sul.

2.7. A Revolução Liberal do Porto: (1820)

A Revolução do Porto, iniciada em agosto de 1820, de caráter liberal e constitucionalista, foi causada por vários fatores como:

- o péssimo estado das finanças, dos negócios e das atividades produtivas em Portugal;
- a permanência de D. João VI no Brasil, até muito depois de afastada a dominação francesa;
- a ditadura do marechal Beresford, inglês, responsável pela expulsão dos franceses, que havia reprimido um levante tentado pelos liberais em 1817.

Em decorrência da ação revolucionária, instalaram-se em Lisboa as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa que, intitulando-se soberanas, passaram a exigir a volta de D. João VI a Portugal e a aceitação da monarquia constitucional. No Brasil, a notícia desses sucessos provocou várias agitações, tendo a tropa e o

povo do Rio de Janeiro conseguido que, em 26 de fevereiro de 1821, D. João VI jurasse a Constituição que se elaborava em Lisboa.



D. João VI e grande parte dos componentes da Corte embarcaram de volta a Portugal, atendendo à determinação da Constituição.

Em 26 de abril do mesmo ano, D. João VI viajou de regresso a Portugal, levando consigo a corte e a alta administração, e deixando, como Regente, o príncipe D. Pedro.

Exercícios Resolvidos

01. (Mackenzie-SP) Pode(m) ser considerada(s) característica(s) do governo joanino no Brasil:

a) a assinatura de tratados que beneficiavam a Inglaterra e o crescimento do comércio externo brasileiro devido à extinção do monopólio.

b) o desenvolvimento da indústria brasileira graças às altas taxas sobre os produtos importados.

c) a redução dos impostos e o controle do déficit em função da austera política econômica praticada pelo governo.

d) o não-envolvimento em questões externas sobretudo de caráter expansionista.

e) a total independência econômica de Portugal com relação à Inglaterra em virtude de seu acelerado desenvolvimento industrial.

Resposta: A

02. (Fuvest-SP) “As ruas estão, em geral, repletas de mercadorias inglesas. A cada porta, as palavras *Superfino de Londres* saltam aos olhos: algodão estampado, panos largos, louça de barro, mas, acima de tudo, ferragens de Birmingham podem ser obtidos nas lojas do Brasil a um preço um pouco mais alto do que em nossa terra.” Esta descrição das lojas do Rio de Janeiro foi feita por Mary Graham, uma inglesa que veio ao Brasil em 1821.

a) Como se explica a grande quantidade de produtos ingleses à venda no Brasil desde 1808 e sobretudo depois de 1810?

b) Quais os privilégios que os produtos ingleses tinham nas alfândegas brasileiras?

Resposta

a) *Devido à presença da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro e, depois de 1810, aos Tratados de Comércio, Navegação e Amizade entre Portugal e Inglaterra, deram privilégios aos produtos ingleses na alfândega brasileira.*

b) *Consistiam, basicamente, no pagamento inferior de taxas aduanerárias, apenas 15% ad valorem, enquanto outros países pagavam 24% ad valorem.*

3. O Caminho da Independência

Muitas vezes a independência do Brasil tem sido tratada como resultado da atitude impetuosa de um jovem príncipe, que estava sendo chamado de volta para Portugal e para o controle de seu pai e das Cortes, que detinham o poder em Portugal. É uma análise equivocada que apenas busca dar à figura do nosso primeiro imperador uma feição de herói, de homem valente, que desafia o poder da metrópole para libertar o Brasil.

Os fatos mostram que o processo de independência começou no século XVIII, com os primeiros movimentos que questionavam o Pacto Colonial. Esses levantes foram duramente sufocados, principalmente os que tinham participação popular, porque os governantes portugueses sabiam muito bem que uma sublevação envolvendo vários segmentos da colônia seria incontrollável, como aconteceu nas colônias inglesas do Norte (Estados Unidos), em 1776.

A transferência da sede do império português para o Rio de Janeiro e a conseqüente implantação de uma máquina administrativa, destacando-se a abertura dos portos, em 1808, e a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido, em 1815, deram as condições materiais para a independência.

4. A Regência de D. Pedro

Enquanto em Portugal os políticos exigiam a recolonização do Brasil, os portugueses que moravam aqui agiam no sentido de não perder para os brasileiros espaço na administração. Comerciantes, militares e funcionários do Reino uniram-se num grupo pró-Portugal, apelidado de Partido Português, a fim de anular as liberdades concedidas durante a permanência da Corte no Brasil e reabilitar o Pacto Colonial.



Joaquim Gonçalves Ledo destacou-se como político liberal, confrontando-se várias vezes com o conservadorismo de José Bonifácio

Contraopondo-se a esse grupo, formou-se o Partido Brasileiro – composto pela aristocracia rural, pelas camadas médias urbanas e por todos os demais setores beneficiados com a liberdade comercial – que visava não apenas garantir as liberdades já conquistadas, mas ampliá-las ainda mais. Entre os brasileiros destacaram-se duas propostas políticas: a primeira, conservadora, defendia uma independência parcial, mais no campo econômico do que no político. Seria a manutenção das posições conquistadas quando o Brasil foi elevado à categoria de Reino. Essa proposta era defendida por José Bonifácio de Andrada e Silva. A outra proposta, defendida por Joaquim Gonçalves Ledo, queria a independência imediata e a implantação de uma República Federativa como a que vigorava nos Estados Unidos.



José Bonifácio de Andrada, chamado de “patriarca da independência”, pelas articulações políticas junto a D. Pedro.

Gonçalves Ledo e seus partidários eram contrários ao absolutismo dos reis portugueses, mas sabiam que a saída do príncipe regente do Brasil era uma ameaça ao processo de independência. Por isso, quando as Cortes portuguesas exigiram que Pedro voltasse à Europa *para completar os seus estudos*, eles apoiaram a sua permanência aqui.

4.1. O “Dia do Fico”

Finalmente, a 9 de janeiro de 1822, data que ficou conhecida como “Dia do Fico”, o regente declarou publicamente que ficaria no Brasil. Não foi uma decisão simples, já que sua permanência era um ato de desobediência explícita ao Parlamento português, e foi mais um importante passo no processo de ruptura política com Portugal. A decisão de Pedro foi encarada como uma vitória das idéias defendidas pelo grupo de Gonçalves Ledo e ajudou a convencer os outros brasileiros de que a independência era o único caminho possível.

Os atos de D. Pedro, após o “Fico”, foram atos de ruptura. As tropas portuguesas que se recusaram a jurar fidelidade ao Príncipe Regente viram-se obrigadas a deixar o Rio de Janeiro. Esboçava-se, a partir daí, a criação de um exército nacional. D. Pedro formou um ministério que tinha alguns portugueses, mas a chefia coube a José Bonifácio.

4.2. D. Pedro: “Defensor Perpétuo do Brasil”

Todavia, os grupos conservadores temiam a instalação de uma República, principalmente por causa da escravidão. Os aristocratas rurais interessavam-se pelo processo de independência porque esta garantiria sua liberdade de comércio, mas não estavam interessados em mudanças radicais na estrutura social do Brasil, pois não queriam perder seus privilégios nem queriam o fim da escravidão. Por isso, começou a ganhar corpo a idéia de promover a independência, mas, em lugar de uma República, instalar-se-ia uma Monarquia sob o comando do príncipe português.

Nos primeiros meses de 1822, os políticos brasileiros começaram a organizar a independência em torno da figura do futuro monarca e tomaram uma série de medidas no sentido de ir concretizando o fato. Em maio, D. Pedro recebeu o título de Defensor Perpétuo do Brasil; em junho, o príncipe deu o passo seguinte, convocando uma Assembléia Constituinte com o pretexto de analisar as leis portuguesas.

4.3. A Assembléia Constituinte

Essa Assembléia marcou a divisão definitiva entre os dois grupos de brasileiros; enquanto Gonçalves Ledo defendia ampla participação popular, José Bonifácio conseguiu impedir que as camadas médias e inferiores participassem da vida política, limitando o direito de voto aos proprietários.



Deputados brasileiros, destacando-se Antônio Carlos de Andrada, sofreram insultos e até agressões físicas por parte dos portugueses, durante os trabalhos parlamentares

Esperando uma reação lusitana aos últimos acontecimentos, no dia 1º de agosto o regente assinou um decreto que declarava inimigas as tropas portuguesas que desembarcassem no Brasil. Era a ruptura. No dia 6 do mesmo mês, circulou um manifesto dirigido às nações amigas, escrito por Bonifácio e assinado por D. Pedro, anunciando a independência, mas ressaltando que o Brasil continuaria reino-irmão de Portugal. Aos grandes proprietários, senhores de escravos, era dada a garantia de que não ocorreriam mudanças na estrutura social e no sistema de trabalho.

5. Independência ou Morte

A chegada de despachos de Lisboa, que revogavam os decretos do Príncipe Regente, determinavam mais uma vez seu regresso a Lisboa e acusavam os ministros de traição, deu alento à idéia de rompimento definitivo. A princesa Dona Leopoldina e José Bonifácio enviaram às pressas as notícias ao príncipe, em viagem a caminho de São Paulo. As recomendações ao portador de que arrebatassem uma dúzia de cavalos, se fosse preciso, para chegar o mais rápido possível, indicam o interesse de José Bonifácio em apressar a independência e fazer de São Paulo o cenário da ruptura final.

Alcançado a 7 de setembro de 1822, às margens do rio Ipiranga, D. Pedro proferiu o chamado Grito do Ipiranga, formalizando a independência do Brasil.

(FAUSTO, B. *História do Brasil*, EDUSP, p.134)



Gravura representando a independência proclamada por D. Pedro. Diferente do famoso quadro de Pedro Américo, neste, D. Pedro tem em sua mão direita a carta que recebeu de Portugal intimando-o a retornar.



Exercícios Resolvidos

1. Depois da Revolução de 1820, as Cortes adotaram posições que, além de liberais, eram também recolonizadoras em relação ao Brasil. Essas posições (as chamadas Políticas das Cortes) provocaram no Brasil uma série de reações com as quais identificamos os seguintes acontecimentos:

a) a decisão de D. Pedro de permanecer no Brasil e a revolta das tropas portuguesas aquarteladas no Rio de Janeiro.

b) a volta de D. João VI a Portugal e a elevação do Brasil a Reino Unido.

c) a elevação do Brasil a Reino Unido e a abertura dos portos às Nações Amigas.

d) a revolta das tropas portuguesas aquarteladas no Rio de Janeiro e a abolição do tráfico negro.

e) a abertura dos portos às Nações Amigas e a volta de D. João VI a Portugal.

Resposta: A

2. *Erguendo a espada, Dom Pedro bradou, solene: “Independência ou morte!” Era uma tarde linda, azul e fresca. A Natureza de certo a tinha feito assim tão bela para servir de cenário à proclamação de nossa independência.*

Chegando a São Paulo, foi o príncipe aclamado pelo povo, que viera ao seu encontro e erguendo vivas à Independência. O Brasil estava, enfim, livre de Portugal.

(Manuais de Joaquim Silva e Vicente Tapajós)

Subitamente, com a volta de Dom João VI a Portugal, as cortes de Lisboa ameaçaram restaurar o sistema monopolista exclusivista do comércio colonial. Os brasileiros, por seu lado, acharam impossível abandonar os lucros obtidos desde que a Carta Régia de 1808 dera o primeiro passo para a libertação da colônia de sua sujeição econômica à metrópole. Esperavam que Dom Pedro liderasse sua resistência, se necessário proclamando a Independência. Ao fundo, a Inglaterra observava, aguardando o desfecho.

(Manchester, Alan. *Proeminência Inglesa no Brasil*. Brasiliense, 1973. Extraído da revista ISTOÉ – 1/3/1978).

Comparar os dois textos e identificar o que está mais fiel à verdade histórica e criticar detalhadamente o outro, relacionando suas falhas de análise.

Resposta

Ambos os textos falam sobre a independência, entretanto com visões totalmente opostas: o primeiro, desprovido de análise e chegando a ser infantil, não apresenta fundamentos críticos ou conceituais, esquecendo os aspectos econômicos, políticos e sociais que envolveram o fato; o segundo, por sua vez, analisa o fato em todos os aspectos, ressaltando o choque de interesses entre brasileiros e portugueses, as ameaças de recolonização feitas pelas cortes, a posição de D. Pedro e o interesse da Inglaterra. Dessa forma, o segundo texto está mais fiel à verdade histórica.







